UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GERARDO RAÚL TRUCCI FILHO

DESEMPENHO ECONÔMICO E REDUÇÃO DA POBREZA EM BOTSUANA: UMA ANÁLISE INSTITUCIONALISTA

Porto Alegre

2017

GERARDO RAÚL TRUCCI FILHO

DESEMPENHO ECONÔMICO E REDUÇÃO DA POBREZA EM BOTSUANA: UMA ANÁLISE INSTITUCIONALISTA

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Trucci Filho, Gerardo Raúl
Desempenho Econômico e Redução da Pobreza em Botsuana: uma análise institucionalista / Gerardo Raúl Trucci Filho. -- 2017.
53 f.
Orientador: Leonardo Xavier da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Instituições. 2. Nova Economia Institucional. 3. Crescimento econômico. 4. Redução da pobreza. 5. Botsuana. I. da Silva, Leonardo Xavier, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GERARDO RAÚL TRUCCI FILHO

DESEMPENHO ECONÔMICO E REDUÇÃO DA POBREZA EM BOTSUANA: UMA ANÁLISE INSTITUCIONALISTA

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, _____de _____de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

_____

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva – Orientador
UFRGS

_____

Prof. Dr. Júlio Cesar de Oliveira
UFRGS

_____

Prof. Dr. Stefano Florissi
UFRGS

Dedico este trabalho aos meus pais, Gerardo e Denise, exemplos constantes de que perseverança e trabalho duro valem a pena.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Leonardo Xavier da Silva, pelas ideias e disposição que possibilitaram a realização deste trabalho.

Agradeço aos meus pais e aos meus irmãos por todos os incentivos e afeto que uma família pode proporcionar.

Agradeço aos meus amigos por tornarem a faculdade uma experiência ainda melhor.

E, finalmente, agradeço à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao seu corpo docente e aos seus funcionários, que me possibilitaram alcançar o sonho da diplomação.

“Be ashamed to die until you have won some victory for humanity.”

(Horace Mann)

RESUMO

O presente trabalho investiga a relação entre o desempenho econômico e a redução da pobreza em Botsuana entre 1966 e 2016 com a qualidade de sua matriz institucional. Assim, lança-se mão da teoria da Nova Economia Institucional a fim de entender os fatores que possibilitaram a transformação de sua economia de uma das mais pobres do mundo na década de 1960 em uma das mais prósperas da história recente da África. Para isso, explora-se, através de uma pesquisa aplicada, bibliográfica e documental, o processo histórico e a evolução institucional de Botsuana e as políticas econômicas e sociais que essa configuração possibilitou. O desenvolvimento de instituições inclusivas de propriedade privada parece ter sido crucial para os bons resultados econômicos, os baixos níveis de corrupção, o alto grau de liberdade econômica e a boa administração dos recursos naturais em Botsuana. Um aparato institucional eficiente ao modelo dos novos institucionalistas, que eleva os benefícios de soluções cooperativas, reduz os custos de transação e gera incentivos em favor da promoção de atividades produtivas, parece ter se consolidado no país. Ainda, a resiliência desse tipo de instituições deve-se a um ciclo virtuoso respaldado pelos interesses das próprias elites governantes. Conclui-se, então, que a diferenciação institucional do povo Tswana, observável desde o período pré-colonial, contribuiu para o desenvolvimento de boas instituições que, por sua vez, parecem ter tornado possível a execução de boas políticas em direção ao sucesso econômico e social.

Palavras-chave: Instituições. Nova Economia Institucional. Crescimento econômico. Redução da pobreza. Botsuana.

ABSTRACT

This research investigates the relationship between economic performance and poverty reduction in Botswana between 1966 and 2016 and the quality of its institutional framework. New Institutional Economics theory is used to understand the factors that made possible the transformation of its economy from one of the poorest in the world in the 1960s into one of the most prosperous in Africa's recent history. For this, the historical process and the institutional evolution of Botswana and the economic and social policies that this configuration has made possible are explored through an applied, bibliographical and documentary research. The development of inclusive private property institutions appears to have been crucial for good economic performance, low levels of corruption, high degree of economic freedom and good management of natural resources in Botswana. An efficient institutional apparatus consistent with the model of the new institutionalists, which elevates the benefits of cooperative solutions, reduces transaction costs and generates incentives in favor of the promotion of productive activities, seems to have consolidated in the country. Still, the resilience of such institutions is due to a virtuous cycle backed by the interests of the ruling elites themselves. Therefore, the institutional differentiation of the Tswana people, observable since the pre-colonial period, has contributed to the development of good institutions, which in turn seem to have made possible the implementation of good policies towards social and economic success.

Keywords: Institutions. New Institutional Economics. Economic growth. Poverty reduction. Botswana.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto per capita 1960-2016 19
Gráfico 2 – Inflação anual 1975-2016 (índice de preços do consumidor) 34
Gráfico 3 – Taxa real de juros (%) 1984-2015 35
Gráfico 4 – Gastos/PIB (%) e Exp/Imp (%) 1980 - 2015 (valores reais - 2010 US$) 37
Gráfico 5 – Matrículas escolares, ensino primário 1970-2013 44
Gráfico 6 – Comparação de taxas de alfabetização da população acima de 15 anos, 2014 44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução dos indicadores de pobreza 1985-2010 19
Tabela 2 – Indicadores de renda (preços internacionais de 2011, PPP) 19
Tabela 3 – Índice de Percepção de Corrupção 2016 24

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **11**

2 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES NA ECONOMIA **12**

3 A ECONOMIA E O PROCESSO HISTÓRICO DE BOTSUANA **18**

4 A DINÂMICA INSTITUCIONAL DE BOTSUANA **27**

5 POLÍTICAS E DESEMPENHO ECONÔMICO EM BOTSUANA **33**

5.1 A política monetária 33

5.2 A política fiscal 36

5.3 Integração financeira 37

5.4 A administração dos recursos naturais 38

5.5 Políticas sociais 41

5.5.1 Serviços sociais básicos 41

5.5.2 Política social e desenvolvimento 47

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS **50**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **52**

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca, através de uma pesquisa aplicada, bibliográfica e documental, com o intuito de ser explicativa, fazer um estudo de caso do desempenho econômico e relativo sucesso na redução da pobreza em Botsuana entre 1966 e 2016 sob uma abordagem institucionalista. Lançando mão da teoria da Nova Economia Institucional, procura-se investigar por que o país foi mais bem sucedido do que a maioria dos países da África subsaariana e os fatores que possibilitaram a transformação de sua economia de uma das mais pobres do mundo na década de 1960 em uma das mais prósperas da história recente da África.

A hipótese do estudo é de que o desempenho econômico e social de um país está correlacionado com a qualidade de sua matriz institucional, que em muitos casos apresenta-se como proibitiva ao crescimento, e em outros possibilita e incentiva a prosperidade. Assim, o objetivo geral da presente monografia é explorar o processo histórico de Botsuana a fim de explicar a evolução institucional do país e por que o quadro resultante desse processo parece fomentar o crescimento. Também será feito um breve comparativo com a evolução institucional de outros países da África subsaariana, como Somália, Lesotho, Ghana e Costa de Marfim. Outro objetivo específico do trabalho será estudar as políticas sociais e econômicas implementadas em Botsuana desde a década de 1960 sob a estrutura institucional vigente.

O intuito da monografia revela-se importante do ponto de vista acadêmico pois, por comprometer-se a compartilhar o caminho trilhado por Botsuana em direção ao crescimento, pode revelar um caminho aplicável a outras nações similares e que atualmente sofrem com a pobreza extrema.

O trabalho divide-se em cinco seções além desta introdução. A primeira, o papel das instituições na economia, pretende explanar os conceitos principais da teoria da Nova Economia Institucional, a fim de aplicá-los à estrutura institucional de Botsuana. A segunda, a economia e o processo histórico de Botsuana, apresenta alguns dados econômicos que denotam o sucesso da economia do país, seguidos pelo estudo do processo histórico que levou à formação de suas instituições. A terceira, a dinâmica institucional de Botsuana, explica os fatores que levaram Botsuana a atingir tal qualidade institucional, com um breve comparativo da dinâmica institucional de outros países da África subsaariana. A quarta, políticas e desempenho econômico em Botsuana, descreve as políticas econômicas, sociais e como foi feita a administração dos recursos naturais do país, políticas essas que foram possibilitadas pela existência de boas instituições. O trabalho encerra com algumas considerações finais.

2 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES NA ECONOMIA

A teoria de instituições que será considerada na presente monografia é a Nova Economia Institucional (NEI). A NEI preserva algumas hipóteses do modelo neoclássico, como o individualismo metodológico e a escassez, ao mesmo tempo que rejeita outras, principalmente a noção de mercados perfeitos – um meio onde ocorrem trocas voluntárias impessoais de bens homogêneos entre um grande número de agentes maximizadores completamente informados e com mobilidade irrestrita. Douglass North, economista reconhecido, junto a Ronald Coase, por ser um dos principais expoentes dessa relativamente nova abordagem econômica, revela que a NEI baseia-se, modifica e amplia a teoria neoclássica a fim de fazer frente a um conjunto de questões até então sem soluções, relegando às instituições a tarefa de lidar com as falhas de mercado em uma economia. Em suma, a NEI é um aprimoramento da economia neoclássica que passa a considerar, em mercados imperfeitos, os custos de transação e as instituições como determinantes para a performance econômica (HARRIS *et al*., 2003).

Segundo North (1991, p. 97), "instituições são as restrições humanamente projetadas que estruturam a interação política, econômica e social". Podem ser tanto normas informais, como códigos de conduta, costumes e tradições, como normas formais, como as leis. Para o objetivo da monografia, pode-se dividir as instituições em dois tipos: políticas e econômicas. As instituições econômicas são as que determinam as regras do jogo econômico, como o grau de proteção aos direitos de propriedade, as configurações contratuais existentes e algumas regulações que determinam as oportunidades econômicas disponíveis para os agentes – direitos de propriedade, lei de contratos, etc. As instituições políticas são as que determinam as regras do jogo político, que ajudam a definir limites ao uso do poder político e como ele é transferido – constituição, regras eleitorais, etc. As instituições podem ser predatórias (extrativistas) – quando não encorajam o investimento e o desenvolvimento – ou de desenvolvimento (inclusivas) – quando encorajam e permitem os investimentos e o crescimento (ACEMOGLU, POLITICAL ECONOMY LECTURE NOTES).

Ainda segundo North (1991), a estrutura institucional, através do conjunto de oportunidades que estabelece, delimita o tipo de organizações existentes em uma sociedade, assim como as suas ações. As organizações podem ser entendidas como os *players* do jogo em sociedade (empresas, universidades, partidos políticos, etc.), os quais perseguem seus objetivos (jogam) de acordo com uma estrutura de regras (instituições) em um ambiente de competição pela sobrevivência. Assim, como explica North (1992), o tipo de matriz institucional existente e a estrutura de incentivos que ela constitui vai estabelecer os tipos de habilidades e

conhecimentos que serão recompensados em uma sociedade. Por exemplo, em uma sociedade na qual as maiores taxas de retornos advêm de aumento de produtividade, as organizações investirão em habilidades e conhecimentos que as permitam alcançar esse objetivo; por outro lado, em uma sociedade onde pode-se atingir um retorno maior através de *rent-seeking*, as organizações investirão os seus recursos em atividades de "lobismo".

Segundo North (1992), a mudança institucional – e econômica – de um país origina-se da interação das instituições com os "players" (organizações sociais, econômicas e políticas) e do aprendizado que estes acumulam nesse processo, e é resultado das escolhas e mudanças diárias dessas organizações, motivadas pela expectativa de que um resultado melhor pode ser alcançado. As organizações são, portanto, os principais responsáveis pela inovação institucional, e quanto maior for a concorrência entre os agentes de uma economia, maior será a taxa de aprendizado. A mudança econômica é, deste modo, um processo contínuo, gradual e onipresente. Além disso, cabe frisar que a evolução institucional sofre de uma dependência em relação à trajetória escolhida (*path dependence*) originada do interesse das organizações existentes. Em outras palavras, os agentes da mudança, representados pelos empresários políticos e econômicos tomadores de decisão das diversas organizações existentes na sociedade, geralmente buscam perpetuar o arcabouço institucional vigente do qual se originaram para resguardar os seus interesses. De acordo com North (1992, p. 11), "as economias de escopo, as complementaridades e externalidades presentes em determinada matriz institucional [...] tipicamente distorcem custos e benefícios, favorecendo escolhas consistentes com a estrutura institucional vigente". Portanto, os interesses das organizações moldam a mudança institucional, por isso a mesma é incremental e gradual. Consequentemente, a evolução institucional não é por si só favorável ao crescimento econômico. A influência da dependência da trajetória escolhida pode ser tanto negativa como positiva. De fato, a matriz institucional existente pode proporcionar uma estrutura de incentivos que não resulte na promoção de atividades de aumento de produtividade (NORTH, 1991). Geralmente, para mudar ou reverter uma trajetória, é necessária uma conjunção tanto de fatores internos (aprendizado das organizações) como externos (mudança de preços relativos, por exemplo).

Ao decorrer da história, segundo North (1991), instituições foram inventadas para criar ordem e reduzir as incertezas que permeiam as trocas, portanto, junto com a tecnologia empregada, têm um papel crucial na determinação dos custos de transação e de produção e consequentemente na lucratividade e viabilidade de engajar-se em uma atividade econômica. Custos de transação, de acordo com North (1992), podem ser entendidos como todos os custos

inseridos na operação do sistema econômico, isto é, os custos a que estão sujeitas todas as transações econômicas; são "os custos de descobrir quais são os preços relevantes, de negociar e de concluir contratos, e depois de monitorá-los e aplicá-los" (HARRIS *et al*., 2003, p. 3, tradução nossa). North (1992) apresenta quatro fatores como determinantes para o entendimento dos custos de transação: o custo de mensuração dos atributos de valor dos bens e serviços ou da performance dos agentes, o tamanho do mercado, o cumprimento das obrigações assumidas e a ideologia e os modelos individuais subjetivos das pessoas.

O custo de mensuração dos atributos de valor de bens e serviços refere-se ao custo de quantificar todos os fatores qualitativos envolvidos em uma transação através dos quais os indivíduos obtêm sua utilidade. Como exemplifica North (1992), ao comprar um carro, o indivíduo busca informar-se acerca de suas qualidades físicas, como o espaço interno, cor, rendimento por litro de gasolina, entre outras características, que é de onde provém a utilidade ou o valor do bem, embora o produto comprado seja somente um carro. Além dos custos dessa quantificação, há os custos de definir e mensurar as dimensões dos direitos de propriedade transferidos em uma transação econômica, os quais definem o uso, a renda potencial e a alienação.

O segundo fator, tamanho do mercado, diz respeito ao grau de impessoalidade de uma transação econômica. Quanto mais pessoal é o ambiente em que ocorre a troca, maior é a restrição ao comportamento dos agentes e menores são os custos referentes à especificação e à observância do cumprimento contratual. Assim sendo, em uma troca pessoal, relações de parentesco e amizade, por exemplo, reduzem as chances de uma das partes tentar levar vantagem sobre a outra, enquanto que em uma troca impessoal essas chances são bem maiores, e por conseguinte também são os seus custos de transação, visto a maior necessidade de especificação contratual que resulta em maiores custos de contrato.

O terceiro fator é o cumprimento das obrigações assumidas, explanado a seguir:

> Em um mundo no qual todas as regras fossem cumpridas à perfeição, haveria uma terceira parte imparcial que julgaria (sem qualquer custo) as controvérsias, concedendo indenização à parte prejudicada por infração de cláusulas contratuais. Em um mundo assim, o oportunismo, a omissão e o logro nunca valeriam a pena. Mas tal mundo não existe. Na verdade, a dificuldade de se criar um sistema jurídico relativamente imparcial, que zele pela execução de contratos, tem sido uma pedra no caminho do desenvolvimento econômico. (NORTH, 1992, p. 8, traduzido por Elizabete Hart)

O quarto fator é a ideologia, que consiste nos modelos subjetivos formados pelos indivíduos para interpretar o mundo ao seu redor. Segundo North (1992, p. 8), "as percepções individuais sobre a equidade das regras do jogo obviamente afetam a performance

[econômica]". Quanto menos custosa é a avaliação e execução dos contratos, menos importante é o papel da ideologia. Como no mundo real esse tipo de atividade acarreta altos custos, a ideologia importa. Os modelos mentais – que têm origem na cultura, na experiência e no aprendizado dos indivíduos – são também importantes pois determinam o comportamento relacionado a valores como honestidade, integridade e trabalho, todos de importância vital para a determinação dos custos de transação.

Como destacado anteriormente, o interessante dessa linha de pensamento institucionalista é que ela resgata e modifica alguns conceitos da teoria neoclássica, propondo-se a elaborar uma teoria que não ignora a complexidade da realidade econômica. Ao agregar o papel das instituições no desenvolvimento de uma nação, os novos institucionalistas sustentam-se na hipótese da escassez e concorrência, mas rejeitam a hipótese da racionalidade perfeita, modificando-a. Em um mundo em que os agentes têm informação completa e a capacidade de perceber o mundo ao seu redor do jeito que ele realmente é, isto é, em um mundo neoclássico, as instituições não têm lugar. Entretanto, no mundo real, os agentes não possuem informação completa, e os custos de transação derivados disso resultam em mercados imperfeitos. Nesse ambiente de custos de transação elevados, as instituições são sim importantes, pois, como mencionado anteriormente, são criadas para reduzir as incertezas presentes nas trocas humanas. Assim, nesse contexto, as instituições, entendidas como "regras do jogo em sociedade", têm um papel crucial, visto que são restrições criadas pela sociedade, como leis, convenções, normas de comportamento e de conduta, que estruturam a interação humana.

Ponto essencial para entender a NEI é a modificação da hipótese da racionalidade perfeita: para os novos institucionalistas, os indivíduos constroem modelos mentais – subjetivos e frequentemente errôneos – para interpretar o mundo ao seu redor, que são originados da cultura de cada sociedade. Portanto, existiriam variadas visões de mundo e diferentes percepções de como ele funciona. Segundo a teoria, indivíduos aprendem errando, modificando os seus modelos mentais de como funciona o mundo quando têm expectativas frustradas, que se mostraram erroneamente formuladas no passado.

A necessidade da existência de instituições pode ser melhor compreendida no contexto da teoria dos jogos. Em um jogo repetido, com informação completa e com um número pequeno de jogadores, os indivíduos maximizadores tendem a achar que a cooperação vale a pena. Entretanto, a existência de um ambiente de cooperação é muito mais improvável no caso de um jogo não-repetido, com um grande número de jogadores e com escassez de informação sobre os mesmos. Em um mundo caracterizado pelo alto nível de especialização através de uma

complexa divisão do trabalho, esse último contexto parece ser muito mais verossímil. Nesse contexto, as instituições são necessárias, portanto, para gerar confiança, incentivar a cooperação e possibilitar os potenciais ganhos nas trocas através de baixos custos de transação. As instituições eficientes são, portanto, as que "[...] elevam os benefícios de soluções cooperativas ou os custos de agir deslealmente" (NORTH, 1991, p. 98, tradução nossa). Assim, são determinantes para a performance econômica e, diferentemente do que se encontra na literatura, instituições eficientes não são dadas. Como já mencionado, segundo North (1991, 1992), as instituições são responsáveis pela estrutura de incentivos de uma economia, seja de natureza política, econômica ou social; a evolução dessa estrutura pode levar ao crescimento, à estagnação ou à decadência. Na verdade, não são raros os casos de sociedades que não conseguem criar um aparato institucional que conduza a um crescimento sustentável. De fato, um resultado institucional eficiente não é a regra, como demonstra a história econômica.

Além do favorecimento da cooperação, para a solução efetiva de problemas de uma sociedade em busca de um melhor desempenho econômico é necessária a existência de um arcabouço institucional que incentive a criação de vários caminhos para essas soluções, isto é, que promova uma maior adaptabilidade (NORTH, 1992). Em outras palavras, é crucial a existência de uma estrutura institucional que "promova a competição e a descentralização das decisões, além de recompensar a aquisição de habilidades e conhecimentos produtivos" (NORTH, 1992, p. 17, tradução nossa).

> O arcabouço institucional ideal deve possuir uma eficiente capacidade de adaptação [...] Em linhas gerais, os estados democráticos e as economias de mercado descentralizadas e com regimes de direitos de propriedade bem definidos e aplicados são os que mais se aproximam hoje de um arcabouço institucional eficiente, do ponto de vista da adaptabilidade. (NORTH, 1992, p. 17, tradução por Elizabete Hart)

Em suma, os novos institucionalistas trazem as instituições para a economia como sendo as normas responsáveis por criarem um ambiente propício às trocas voluntárias através da diminuição dos custos de transação. Ao reduzirem as incertezas que permeiam as trocas, portanto, junto com a tecnologia empregada, têm um papel crucial também na determinação dos custos de produção e consequentemente na lucratividade e viabilidade de engajar-se em uma atividade econômica. Deste modo, as instituições eficientes são aquelas capazes de reduzir tais custos tanto quanto possível em direção aos resultados de um mercado o mais eficiente possível, isto é, em direção a resultados que mais se assemelham aos do mercado perfeito neoclássico. A qualidade das instituições constitui, portanto, o fator chave para o desempenho econômico das nações. Segundo North (1992, p. 14, tradução nossa), "as histórias de sucesso

da histórica econômica descrevem inovações institucionais que diminuíram os custos de transação e permitiram que mais ganhos do comércio fossem capturados, permitindo a expansão dos mercados.”

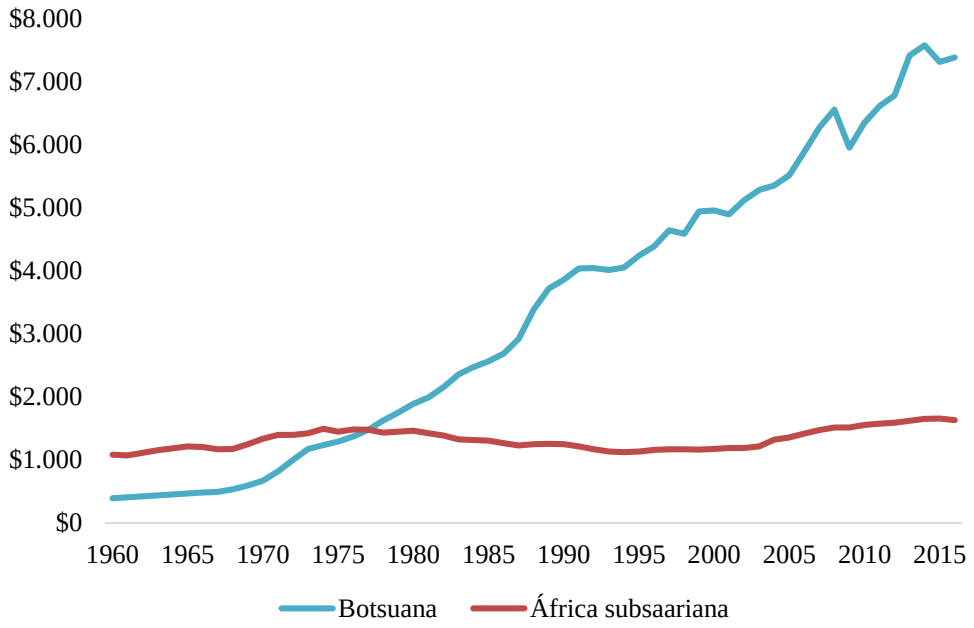
3 A ECONOMIA E O PROCESSO HISTÓRICO DE BOTSUANA

A República de Botsuana é um país de clima predominantemente árido com cerca de 2,2 milhões de habitantes. Está localizado ao sul do continente africano, sem costa marítima, fazendo fronteira com África do Sul, Zimbábue, Namíbia e Zâmbia. Protetorado britânico desde 1885, conquistou sua independência em 1966, e desde então vem apresentando resultados acima da média que vêm chamando atenção. As taxas de inflação foram relativamente baixas desde a independência, raramente ultrapassando os 10% ao ano; o Produto Interno Bruto cresceu, em média, 8,4% ao ano desde a década de 60, e o PIB per capita, 5,5%, passando de cerca de US$391 em 1960 para US$7080 em 2015 (tendo como referência o nível de preços em 2010), como pode ser observado no gráfico 1. Destaca-se, portanto, como uma das economias de maior crescimento do século XX, passando de um dos países mais pobres do mundo na década de 1960 para um dos com maior renda per capita da África subsaariana (BANCO MUNDIAL, 2017).

Ademais, o sucesso na redução da pobreza extrema instiga curiosidade, pois revela-se como um episódio que desafia o *status quo* subsaariano. Como a tabela 1 demonstra, os dados coletados nas Pesquisas de Renda e Gastos Familiares (Household Income and Expenditure Surveys) executadas em 1985/86 e 1993/94 e posteriormente no aperfeiçoado Botswana Core Welfare Indicator Survey em 2002/03 e 2009/10 indicam que a pobreza foi reduzida significativamente no período. Entre 1986 e 2010, a parcela da população abaixo da linha de pobreza passou de 59% para 20,7% (tabela 1). Os dados do Banco Mundial corroboram esse movimento, como pode ser observado na tabela 2. Em 1985, 42,5% dos *Batswana* – termo este utilizado para referir-se aos cidadãos de Botsuana – viviam com menos de US$1,90[1] ao dia (nível de preços internacionais de 2011, PPP), número que caiu para 18,2% em 2009. No mesmo período, a parcela da população que vivia com menos de US$ 3,10 caiu de 62,52% para 35,74%. O Índice de Desenvolvimento Humano também apresentou resultados positivos nos últimos anos, passando de 0,585 em 1990 para 0,698 em 2015, sendo atualmente considerado um país de desenvolvimento humano médio, e aparentemente rumando para o grupo de países de desenvolvimento humano alto (0,700 a 0,799) (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2016).

[1] Linha de pobreza global mensurada pelo Grupo Banco Mundial. É a média de quinze linhas de pobreza nacionais de alguns dos países mais pobres do mundo, ao nível de preços internacionais de 2011 e considerando a paridade do poder de compra.

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto per capita 1960-2016 (valores reais – 2010 US$)



Fonte: elaboração própria com dados de Banco Mundial (2017).

Tabela 1 - Evolução dos indicadores de pobreza 1985 - 2010

	1985/86	1993/94	2002/03	2009/10
Moradias abaixo da linha de pobreza (%)	49	38	21	14,7
População abaixo da linha de pobreza (%)	59	47	30	20,7

Fonte: elaboração própria com dados de Botswana Core Welfare Indicators Surveys (2002/03, 2009/10) e Household Income and Expenditure Surveys (1985/86, 1993/94).

Tabela 2 - Indicadores de renda (preços internacionais de 2011, PPP)

	1985	1993	2002	2009
População vivendo com menos de $1,90 por dia (%)	42,56	34,82	29,75	18,24
População vivendo com menos de $3,10 por dia (%)	62,52	54,66	49,04	35,74

Fonte: elaboração própria com dados de Banco Mundial (2017).

Para entender o relativo sucesso de Botsuana, faz-se necessário primeiro entender o seu processo histórico, isto é, o conjunto de acontecimentos que moldou a sua sociedade e sua matriz institucional. De acordo com Acemoglu, Johnson e Robinson (2001), a origem do povo Tswana em Botsuana remonta ao século XVIII, quando os ancestrais das tribos Tswana modernas dominaram o território dos San e de outras tribos. Atualmente, 79% da população do país pertencem à etnia Tswana, motivo pelo qual esse termo é comumente utilizado para referir-se aos naturais do país. A etnia ramifica-se em oito principais tribos, e, diferentemente de vários outros países da África subsaariana, atualmente todas convivem pacificamente. Isso deve-se,

principalmente, à cooperação que se tornou necessária, senão imprescindível, para a defesa de suas terras ao longo da história ao lutarem contra inimigos em comum, como o Império Zulu de Shaka e os Boers no século XIX. Além do histórico de lutas contra inimigos em comum, o empenho de unificação dos governos pós-independência também teve papel crucial na pacificação.

É importante perceber que, como destacam Acemoglu e Robinson (2012), o povo Tswana já possuía características sobressalientes às demais sociedades africanas pré-coloniais. Diferentemente dessas últimas, na sociedade Tswana já existia a figura de um líder político – o rei ou chefe, com transferência de poder hereditária – e uma série de fóruns públicos, como a *kgotla*, espécie de assembleia composta por homens adultos onde assuntos de interesse público eram discutidos e onde havia espaço inclusive para críticas ao rei. Assim, já nesse período verifica-se a existência de um aparato institucional relativamente evoluído e, ademais, integrativo, visto a disposição dos Tswana em acolher novos grupos em sua sociedade, como foi o caso dos San.

Portanto, como pode ser constatado em Acemoglu e Robinson (2012), Botsuana diferencia-se da maioria dos outros países da África subsaariana por sua trajetória histórica e institucional. Ao longo dos séculos XIX e XX, diferentemente de outros países do continente africano, como Zimbábue (extinta Rodésia do Sul), conseguiu evitar o pior: uma colonização que corrompesse a sua evolução institucional de até então. Tal feito foi possível pela criação do Protetorado de Bechuanaland pelo Reino Unido em 1885 nas terras da atual Botsuana. Felizmente, os ingleses não tinham interesse no território que não fosse a sua localização estratégica, servindo para conter a expansão dos alemães e dos Boer.

Conservando o seu modelo institucional tribal – que já era considerado evoluído para os padrões africanos por aproximar-se de mecanismos de decisão coletiva (que remetiam a uma ideia incipiente de pluralismo), por possuir características como centralização e incentivos à participação política e delimitação dos poderes dos chefes –, Botsuana pôde partir de uma posição relativamente mais cômoda após a sua independência. Isso deveu-se, principalmente, à configuração institucional pré-existente, essencial ao grau de centralização política que permitiu que os chefes africanos dos Estados Tswana tivessem a autoridade para representar muito bem os interesses de seu povo às autoridades britânicas ao acordarem um pacto de proteção contra invasões de outros colonizadores europeus, resguardando assim as suas instituições. E essa característica foi crucial também em 1895, quando os três chefes africanos Khama, Bathoen e Sebele, em visita à Rainha Victoria, conseguiram evitar que a administração

do protetorado passasse para as mãos de Cecil Rhodes, permanecendo com o Gabinete Colonial Britânico. Esses fatos foram vitais para a diferenciação que o país apresenta hoje. Segundo Acemoglu e Robinson (2012, p. 316), "os estágios iniciais do processo de colonização constituem [...] um período crucial durante o qual transpiram os eventos que terão consideráveis consequências a longo prazo para seu desenvolvimento econômico e político". Assim, de acordo com os autores, Botsuana logrou evitar um destino de colônia de exploração e de instituições extrativistas de colonizadores como Rhodes não por acaso, mas como resultado "da inter-relação entre as instituições já existentes, moldadas pelo processo de diferenciação institucional específico dos Tswana" (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 316).

Acemoglu, Johnson e Robinson (2001) relatam que, em 1934, quando a Coroa Britânica mudou a sua política em relação ao protetorado com o intuito de estabelecer uma autoridade mais forte acima dos chefes Tswana, a forte oposição dos mesmos e o advento da Segunda Guerra Mundial impediram que essa política fosse posta em prática de fato. Passada a Segunda Guerra, e com o surgimento do Partido Nacional da África do Sul, os planos de juntar o Protetorado de Bechuanaland à África do Sul já não eram factíveis. Em 1947, Seretse Khama, descendente de uma poderosa família real do povo Tswana, casou com a inglesa Ruth Williams e um ano depois foi proibido de retornar à Botsuana para reclamar a sua liderança. Isso deveu-se principalmente à pressão dos governantes do regime racista da África do Sul, que sustentavam o Apartheid e não viam com bons olhos casamentos inter-raciais como o de Khama e Williams. O Reino Unido tentava assim evitar uma reação militar contra Bechuanaland por seus vizinhos subsaarianos. Contudo, em 1956, Khama abdicou do seu direito de liderança, sendo assim autorizado a deixar a Inglaterra e mudar-se para a sua terra natal. Em 1960, ainda sobre domínio britânico, foram criados uma câmara legislativa e o primeiro partido político do país, o Bechuanaland People's Party (BPP). O BPP adotou uma postura radicalmente oposta ao colonialismo. Em contrapartida, Seretse Khama, já inserido na vida política, foi um dos fundadores do Bechuanaland Democratic Party, que mais tarde tornaria-se o Botswana Democratic Party (Partido Democrático de Botsuana – PDB), partido governista até os dias atuais. Em 1965, o PDB ganha as primeiras eleições, e Seretse Khama torna-se facilmente o primeiro-ministro de Bechuanaland, liderando o movimento de independência em 1966, quando torna-se o primeiro presidente da República de Botsuana.

Selolwane (2012a) destaca que, após a independência, o governo de Botsuana enfrentou o desafio de criar uma nação a partir dos diferentes grupos étnicos que no país existiam. Botsuana herdou um sistema administrativo racialmente hierarquizado, uma vez que a

administração colonial preferia delegar cargos quase que exclusivamente aos europeus, e os poucos nativos que obtinham uma posição na administração pública recebiam uma fração do salário de um europeu. Essa desigualdade era transferida também ao setor privado, possivelmente pela baixa qualificação dos trabalhadores nativos. O problema das desigualdades étnicas e raciais deveriam ser administradas à medida que os governos da era posterior à independência perseguissem sua agenda de desenvolvimento. Uma variável importante para contornar essa dificuldade foi a educação; o acesso à educação é um fator crucial para o acesso ao mercado de trabalho, e esse fator evoluiu de forma distinta entre as etnias nativas, visto a maior habilidade de alguns grupos em desenvolver um sistema educacional. Esses grupos com maior capacidade em se modernizarem alcançaram melhores posições para a sua inserção no mercado de trabalho, principalmente no setor público. O novo governo, portanto, teve que se ocupar desse desequilíbrio, e o fez em 1969 através da alocação de bolsas de estudo direcionadas aos grupos historicamente em desvantagem.

Segundo Selolwane (2012a), isso implicou um número crescente de estudantes ingressando no ensino médio, o que posteriormente foi refletido na ampliação da diversidade étnica nas principais camadas da burocracia pública. Em 1965, mais de 90% dos cargos superiores do setor público eram ocupados por europeus; em 1970, 43% eram africanos, e em 2003, 98%. Botsuana conseguiu implementar políticas que não aumentaram as desigualdades étnicas e raciais. Atualmente, nenhum grupo étnico ou racial predomina sobre outro. Esse feito foi vital para o estabelecimento de uma união nacional em direção ao bem comum, o que não se verifica em vários países africanos, onde diferenças étnicas acabaram por comprometer o desenvolvimento econômico.

De acordo com Acemoglu e Robinson (2012), ao contrário dos outros países da África subsaariana que, após declaradas as suas independências, ignoraram a oportunidade de romper com o padrão, replicando as instituições extrativistas de seus regimes coloniais, Botsuana resgatou a sua conservada matriz institucional histórica que sobreviveu ao colonialismo. Assim, Botsuana deve seu relativo sucesso econômico ao rápido desenvolvimento de instituições políticas e econômicas inclusivas logo após a sua independência em 1966, conseguindo estabelecer uma democracia estável, evitando conflitos internos que pudessem interromper o progresso econômico. Em outras palavras, o governo conseguiu criar instituições econômicas que garantiram os direitos de propriedade, “assegurando a estabilidade macroeconômica e incentivando o desenvolvimento de uma economia de mercado inclusiva” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 317).

Seguindo essa mesma lógica, Acemoglu, Johnson e Robinson (2001) defendem que o sucesso de Botsuana deve-se à adoção de boas políticas econômicas, que por sua vez foram possíveis graças à existência dessas boas instituições, que chamam de “instituições de propriedade privada”. Segundo os autores, esse arranjo institucional protege os investidores reais e potenciais, promovendo estabilidade política. Acemoglu, Johnson e Robinson (2001, p.5, tradução nossa) trazem o conceito do que consideram ser boas instituições:

> Definimos “boas instituições” como correspondentes a uma organização social que assegura que uma ampla seção transversal da sociedade tenha direitos de propriedade efetivos. [...] Tais instituições opõem-se a instituições extrativistas, onde a maioria da população enfrenta um alto risco de sofrer expropriações pelo governo, pela elite governante ou por outros agentes [...] Dois requisitos estão implícitos em nossa definição de instituições de propriedade privada. Primeiro, as instituições devem fornecer direitos de propriedade seguros, para que aqueles com oportunidades produtivas possam esperar pelo retorno de seus investimentos. O segundo requisito está inserido em nossa ênfase em "uma ampla seção transversal da sociedade" ter a oportunidade de investir.

Acemoglu, Johnson e Robinson (2001) sugerem que a descoberta de minas de diamantes na década de 70 com certeza ajudou no desempenho econômico do país. De fato, foi um dos catalisadores do crescimento em Botsuana. De acordo com Acemoglu e Robinson (2012), antes de anunciada a descoberta, Khama tratou de modificar a lei de exploração mineral para que esta pertencesse ao país, e não à tribo que ocupasse eventual território. Essa decisão, que faz parte do conjunto de políticas de unificação nacional que consiste no cuidado para não gerar desequilíbrios étnicos de poder, conseguiu evitar o surgimento de desigualdades regionais e de conflitos entre diferentes grupos que pudessem resultar em uma guerra civil pelos recursos naturais. Além disso, essa medida “deu impulso também ao processo de centralização do Estado, à medida que a receita gerada pelos diamantes pôde ser aplicada na construção de infraestrutura e burocracia estatais e na educação” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 319). Entretanto, para muitos países, a presença de recursos naturais abundantes muitas vezes tornou-se uma maldição ao invés de uma benção. Portanto, o desenvolvimento de uma burocracia estatal relativamente não-corrupta, eficiente e meritocrática, assim como uma política fiscal prudente e pesados investimentos em infraestrutura, educação e saúde, seriam as principais causas do sucesso da nação africana. De fato, parece que a evolução institucional de Botsuana resultou em um aparato estatal relativamente não-corrupto; o país ocupa a 35ª posição no “rank” do Índice de Percepção de Corrupção de 2016, que elenca 176 países de acordo com quanto a corrupção entre agentes públicos é percebida em suas sociedades. No índice, a pontuação vai de 0, altamente corrupto, a 100, altamente íntegro, e os países são ordenados de tal forma que, quanto mais próximos do topo, menos problemas de corrupção possuem. Assim, Botsuana

consolida-se como o país onde a corrupção é menos percebida da África subsaariana (tabela 3) (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2017).

Tabela 3 - Índice de Percepção de Corrupção 2016

País	Pontuação	Rank
Botsuana	**60**	**35**
Cabo Verde	59	38
Maurícia	54	50
África do Sul	45	64
Gana	43	70
Lesoto	39	83
Costa do Marfim	34	108
Somália	10	176

Fonte: elaboração própria com dados de Transparência Internacional (2017).

Beaulier e Subrick (2007) também buscam investigar a evolução institucional do país. Apontam que, diferentemente da maioria dos países da África subsaariana, Botsuana logrou escapar dos baixos índices de desenvolvimento, sobretudo pela criação de um ambiente econômico e político fundamentados nas trocas voluntárias e na existência de um estado de direito, conceitos respaldados pelos valores dominantes na sociedade pós-colonial de Botsuana. Segundo Beaulier e Subrick (2007), instituições de livre mercado criam um ambiente de liberdade econômica que possibilita maior prosperidade aos indivíduos, onde são livres para criar riqueza e valor. Logo após a sua independência do regime britânico, Botsuana era uma nação com valores de livre mercado, como o respeito à propriedade privada, uma maior tolerância a imigrantes e um governo pequeno e de ação limitada na economia, o que respaldou a criação de instituições que reforçaram esses valores e possibilitou o crescimento. Isso remete à importância da ideologia sugerida por North (1992). A ideologia – que consiste nos modelos subjetivos formados pelos indivíduos para interpretar o mundo ao seu redor – por trás desses valores presentes na sociedade de Botsuana pode ter tido papel vital na determinação de baixos custos de transação em Botsuana.

Em seu período de governo, Seretse Khama conseguiu via processo democrático implementar reformas que diferenciaram muito Botsuana da maioria dos países africanos, reduzindo os gastos do governo e criando um ambiente de liberdade econômica que levou a uma das mais rápidas explosões de crescimento econômico da história (BEAULIER, SUBRICK, 2007). Atualmente, Botsuana é um dos países com a economia mais livre da África, perdendo apenas para Maurícia. De fato, encontra-se entre os países com a economia mais livre do globo, encontrando-se na posição 34 entre 180 países elencados no Índice de Liberdade Econômica 2017 (THE HERITAGE FOUNDATION, 2017).

Beaulier e Subrick (2007) relacionam as altas taxas de crescimento ao corte nos gastos do governo no período, isto é, à redução do tamanho do Estado. Destacam que um fator importante para o crescimento foi a descoberta de minas de diamante em 1967, bem como o método como o recurso foi explorado. Entretanto, assim como qualquer recurso natural, os diamantes não podem levar todo o crédito pelo sucesso. A criação de instituições boas conjuntamente ao incremento das receitas do governo pela renda dos diamantes foi vital, evitando-se assim o caminho de políticas predatórias, como ocorre em muitos países ricos em recursos naturais. Sem a criação de instituições boas, eficientes e não-predatórias, o mais provável é que Botsuana tivesse seguido caminho muito diferente, como a história econômica demonstra. A presença de recursos naturais não é fator suficiente para o crescimento, nem essencial, como demonstram os exemplos de Hong Kong e Singapura.

A política externa na Botsuana pós-independência foi caracterizada pela tolerância e acolhimento de refugiados e dissidentes políticos – originários principalmente da África do Sul e da extinta Rodésia –, marcada pelo comprometimento com princípios como igualdade de oportunidades e pelo antirracismo. A política aberta de imigração resultou em efeitos positivos para a força de trabalho e produtividade do país (BEAULIER, SUBRICK, 2007).

Em suma, de acordo com Beaulier e Subrick (2007), na primeira década pós-independência, "as políticas governamentais (1) mantiveram o governo enxuto; (2) toleraram estrangeiros e dissidentes; e (3) focaram em resultados mais do que na consistência com algum tipo de ideologia" (BEAULIER, SUBRICK, 2007, p. 56, tradução nossa). Essas políticas relativamente pró-mercado incentivaram o empreendedorismo e permitiram o bom desempenho econômico e social em um país pobre como Botsuana de 1965.

De acordo com Beaulier e Subrick (2006), o sucesso de Botsuana em escapar da "tragédia de crescimento africano" que experimentaram os seus vizinhos deve-se também à habilidade de seu governo em aplicar políticas econômicas que resultaram em aceleração do crescimento, habilidade essa que resulta da efetividade e da legitimidade do sistema político e de suas instituições. Segundo os autores, ao contrário de seus vizinhos africanos, o governo de Botsuana implementou políticas pró-mercado ao invés de políticas predatórias. Basicamente, segundo eles, há três fatores determinantes para o sucesso em Botsuana:

i) as autoridades políticas, desde a independência, originaram-se de fontes tradicionais, honrando o seu passado institucional pré-colonial com características "proto-democráticas", isto é, com mais tolerância à pluralidade em comparação com outras regiões pré-coloniais da

África. Assim, a incorporação de elementos democráticos modernos foi uma espécie de evolução natural;

ii) as políticas executadas desde a independência legitimaram o regime;

iii) os baixos gastos militares durante a primeira década posterior à independência permitiram direcionar recursos a serviços e bens públicos de maior utilidade, como educação e infraestrutura social, essenciais para a geração de riqueza através de um maior desenvolvimento do capital humano.

Além desses pontos, o governo sempre respeitou a propriedade privada, sinalizando assim que não implementaria instituições extrativas como as de seus vizinhos. Apesar do crescimento dos gastos do governo a partir da década de 70, o mercado permaneceu como o principal motor de crescimento, e Botsuana ainda é um país africano acolhedor com uma história de abertura econômica e política e um governo limitado (BEAULIER; SUBRICK, 2006).

Com base na análise do seu processo histórico e de sua evolução institucional, Botsuana parece ser um caso em que um aparato institucional eficiente ao modelo dos novos institucionalistas, que eleva os benefícios de soluções cooperativas e reduz os custos de transação, consolidou-se. A estrutura institucional, através da garantia da propriedade privada, do favorecimento da competição, da promoção de um conjunto de oportunidades que estabeleceu uma estrutura de incentivos em favor da promoção de atividades produtivas, parece ter sido determinante para o desempenho econômico e a redução da pobreza em Botsuana. A peculiaridade institucional de Botsuana observada desde o período pré-colonial, que culminou no desenvolvimento de instituições políticas e econômicas inclusivas, tornou o país uma referência em redução da pobreza em meio à África subsaariana através do desenvolvimento de uma economia de mercado inclusiva e de um Estado relativamente não-corrupto que não predou os recursos naturais do país.

4 A DINÂMICA INSTITUCIONAL DE BOTSUANA

Para Acemoglu, Johnson e Robinson (2001), o sucesso econômico de Botsuana está ligado à execução de uma política econômica saudável, que por sua vez reflete a sua configuração institucional política e econômica. Mas por que Botsuana conseguiu alcançar essa qualidade institucional, enquanto os seus vizinhos subsaarianos, que enfrentam regimes ditatoriais, escassez de alimentos e conflitos internos, não? Segundo os mesmos autores, as instituições são criações endógenas dos indivíduos que detêm o poder político. Essas teorias pelas quais é vista a modelagem institucional que admitem que tanto as escolhas de políticas como de instituições são feitas por indivíduos ou grupos politicamente poderosos com o intuito de maximizar os seus próprios payoffs são conhecidas como Teorias do Conflito Social. Em suma, de acordo com elas, a modelagem institucional é resultado da interação entre a força dos interesses dos agentes com poder político e a força das restrições que a sociedade impõe a eles. Visto que não é o objetivo desses agentes aumentar o bem estar geral ou o produto agregado, o conflito interno que se dá em uma sociedade pode resultar em escolhas políticas e institucionais ineficientes para a mesma (ACEMOGLU, 2002). Sendo assim, a construção de um quadro institucional de instituições de propriedade privada, como o de Botsuana, revela-se condicionado à inter-relação de um conjunto de fatores: os interesses econômicos da elite governante; o medo da elite governante de ser substituída por outros interesses, isto é, acabar como perdedora política; e as restrições institucionais que a sociedade impõe sobre sua elite governante. Segundo Acemoglu, Johnson e Robinson (2001), a justaposição desses três fatores, ou inclusive o modo como eles interagiram, pode explicar por que instituições de propriedade privada afloraram em Botsuana e em outros países subsaarianos, como Somália, Lesotho, Ghana e Costa de Marfim, não.

O primeiro aspecto, os interesses econômicos, diz respeito à sincronia entre uma boa configuração institucional e os interesses dos agentes politicamente poderosos, isto é, se a existência de instituições boas favorecem economicamente as elites governantes. E de fato essa condição foi verificada em Botsuana, visto que após a independência o grupo que detinha mais poder, tanto político como econômico, era o de criadores de gado, principal setor exportador na época. Sendo detentores de grande patrimônio, beneficiavam-se de um aparato institucional que assegurasse os direitos de propriedade. Ademais, esse grupo possuía uma relação muito próxima ao Partido Democrático de Botsuana (BDP), que ganhara as eleições em 1965. Essa relação foi um fator decisivo para que as instituições de propriedade privada se estabelecessem.

O segundo aspecto, o medo da elite governante de tornar-se uma perdedora política, diz respeito ao medo de o processo de crescimento e mudança social e institucional ameaçar o *status quo*, isto é, de perder o poder frente a um desenvolvimento institucional que desestabilize o sistema. Portanto, elites que se sentem seguras em sua posição serão mais receptivas ao processo de mudança. Em Botsuana, não houve esse receio, portanto não houve oposição ao processo de crescimento. A segurança política das elites tinha base na estabilidade política conferida principalmente pelas instituições relativamente desenvolvidas herdadas do período pré-colonial. Essa segurança também estava ligada à legitimidade hereditária da liderança de Seretse Khama e da ampla coalização política formada dentro do Partido Democrático de Botsuana. Por conseguinte, o regime colonial britânico limitado de Botsuana entre 1885 e 1966 foi um fator importante nesse segundo aspecto, uma vez que permitiu que o país conservasse a sua estrutura institucional pré-colonial, que por sua vez é a responsável pelo grau elevado de estabilidade política após a independência.

O terceiro aspecto refere-se às restrições que as instituições impõem às elites governantes, e portanto às políticas que elas podem pôr em prática. Em ambientes em que os governantes enfrentam maiores restrições, políticas boas têm mais chances de serem seguidas. Segundo Acemoglu, Johnson e Robinson (2001), restrições às elites políticas também trazem benefícios indiretos por dois outros canais: ao reduzirem a riqueza que pode ser apropriada através do aparelho estatal, as restrições às elites governantes são positivas para a manutenção da estabilidade política, uma vez que há menos incentivos para diferentes grupos de interesse disputarem o controle do Estado; ademais, as restrições tornam a população mais receptiva à ideia de delegar poder ao Estado, uma vez que teme menos possíveis expropriações pelas elites governantes. Em Botsuana, as instituições pré-coloniais como a *kgotla*, por exemplo, tiveram um papel muito importante para a existência dessas restrições aos agentes políticos, e essas restrições ajudam a entender por que não houve tentativas de expropriação da renda advinda dos diamantes a partir da década de 1970. Pode-se dizer que a existência dessas limitações contribuiu para que Seretse Khama conseguisse estabelecer uma burocracia relativamente eficiente sem que a maioria dos grupos econômicos temesse futuras expropriações. Mais um vez, portanto, a limitação do regime colonial britânico sobre Botsuana e sua não-intervenção nas instituições pré-coloniais parecem ter sido importantes.

Ainda segundo Acemoglu, Johnson e Robinson (2001), a renda gerada a partir das minas de diamante também foi importante para a consolidação das instituições de propriedade privada de Botsuana. A magnitude dessa riqueza elevou o custo de oportunidade de perverter as

instituições vigentes para a obtenção de uma parcela maior da mesma. Portanto, uma vez que o país começou a trilhar o caminho correto após sua independência, com um regime democrático e instituições eficientes, não havia incentivos para que os distintos grupos de interesse brigassem por uma apropriação de renda maior, pois o risco de "virar o barco dos diamantes" era muito alto.

Entretanto, para Acemoglu, Johnson e Robinson (2001), não são esses fatores, por si só, que explicam o sucesso de Botsuana, mas a justaposição dos mesmos, ou até mesmo a sua interação. Foi a combinação do interesse econômico das elites políticas com a herança institucional pré-colonial, que garantia a essas elites a manutenção de seu poder político caso perseguissem políticas boas ao mesmo tempo que o limitava. Além disso, as decisões individuais dos líderes dos Batswana, em particular Seretse Khama e Quett Masire, foram cruciais para o sucesso. Como exemplo, pode-se citar a decisão de Khama quando modificou a lei de exploração mineral para que esta pertencesse ao país, transferindo os direitos de propriedade sobre os diamantes de sua própria tribo (os Bangwato). Essa decisão conseguiu evitar conflitos entre as diferentes tribos que pudessem resultar em uma guerra civil e em um caminho muito mais árduo em direção ao crescimento.

Acemoglu, Johnson e Robinson (2001) fazem uma comparação com outros países da África subsaariana – Somália, Lesotho, Ghana e Costa do Marfim – a fim de evidenciar que esses três fatores somente foram reunidos em Botsuana.

A Somália também passou por uma ocupação britânica meramente estratégica, o que evitou a perversão de sua matriz institucional pré-colonial. Apesar dessa similaridade com Botsuana, a Somália não conseguiu sustentar um regime democrático, possui um alto nível de instabilidade política e não alcançou o mesmo sucesso econômico. Acemoglu, Johnson e Robinson (2001) afirmam que a herança institucional pré-colonial contribuiu para a instabilidade política ao invés de auxiliar na criação de instituições de propriedade privada, como em Botsuana. O motivo dessa diferença pode ser o distinto processo histórico da Somália, que, por possuir uma estrutura social nômade que acirrava a disputa por recursos, formou instituições diversas das tribos Tswana. Ao contrário das instituições formadas em Botsuana, responsáveis pela integração dos distintos grupos étnicos em seu território e pela criação de um cultura de cooperação entre as tribos, a estrutura política dos clãs dos Somalis era muito mais divisiva, e as restrições às elites políticas eram ausentes. Isso aumentou a competição pelo controle do aparato estatal, encorajando as elites a formarem coalizões baseadas na linhagem de seus clãs para disputarem o poder entre si. Mesmo depois da independência, a política

continuou carregando resquícios desse passado, o que acabou por subordinar as decisões políticas aos interesses dos clãs. A experiência da Somália indica, portanto, que um colonialismo limitado, por si só, não é o responsável pela formação de boas instituições; a formação de boas instituições em Botsuana parece estar relacionada à interação desse colonialismo moderado com instituições pré-coloniais capazes de impor restrições às elites políticas.

Já as tribos Sotho têm um passado de conflitos parecido com o das tribos Tswana. Uniram-se sob a liderança de Moshoeshoe para se protegerem de inimigos comuns. As instituições políticas tribais de Lesoto lembravam bastante as dos Tswana, inclusive com assembleias de natureza semelhante à *kgotla*. Além disso, os Sotho também adotaram estratégias de integração de tribos estrangeiras às suas estruturas tribais. Entretanto, as experiências políticas de Lesoto e Botsuana divergem. Isso pode ser explicado pelos efeitos de uma série de guerras com os Boers e do colonialismo britânico sobre as instituições políticas em Lesoto. Segundo Acemoglu, Johnson e Robinson (2001), esses acontecimentos contribuíram para a centralização do poder político nas mãos das elites e enfraqueceram significativamente as instituições que limitavam o poder das mesmas. Em relação à Botsuana, isso levou a uma maior instabilidade política, visto que a competição para controlar o aparato estatal é maior em tal ambiente.

Em Gana, com a iminência da independência, a coalizão anticolonialista rachou, dando espaço para conflitos internos pelo controle do aparato estatal. Kwame Nkrumah e o seu partido, o Convention People's Party (CPP), por meio de uma estratégia de "dividir para conquistar", acirrou a animosidade contra os chefes da tribo Ashanti, seus principais opositores. Essa estratégia funcionou, garantindo a maioria dos assentos ao CPP nas eleições parlamentares de 1956 e a independência de Gana em 1957. Após o fim da dominação britânica, Nkrumah instituiu um Estado de partido único e passou a perseguir a oposição. De acordo com Pellow e Chazan (1986)[1], o papel do Estado reduziu-se a um distribuidor de favores, com uma classe burocrática diretamente dependente do Estado que não mais cumpria tarefas administrativas, mas políticas. Através dessa configuração nada meritocrática da máquina estatal, o CPP acabou por minar o seu próprio desempenho com impactos econômicos desastrosos para o país (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON, 2001).

Em Botsuana, por sua vez, a habilidade das elites de criar instituições e evitar esse mesmo caminho parece estar ligada ao fato do Partido Democrático de Botsuana possuir uma

[1] PELLOW, D.; CHAZAN, N. **Ghana**: coping with uncertainty. Westview Press, 1986.

larga e estável maioria na Assembleia Nacional logo após a independência, portanto as elites políticas não temiam perder a sua posição na decorrência de mudanças sociais e econômicas; além disso, o arranjo institucional vigente limitava as políticas distorcidas que esses líderes poderiam perseguir. Esse quadro institucional levou a uma maior estabilidade política e a um menor número de políticas distorcidas em relação a Gana. Ademais, em Gana as elites políticas tinham pouco interesse na agricultura de exportação, o que enfatiza a importância dos interesses econômicos das elites, que não estavam alinhados com a existência de instituições de propriedade privada (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON, 2001).

Entretanto, não apenas os interesses econômicos, mas também as restrições impostas pelas instituições às elites políticas são importantes. Isto é ilustrado no caso de Costa do Marfim, onde, como em Botsuana, as elites políticas tinham investimentos em setores produtivos da economia. Todavia, o interesse econômico das elites, por si só, não foi suficiente para assegurar o desenvolvimento na Costa do Marfim. Isso deve-se, principalmente, à posição das elites políticas, como em Gana, que fez com que as mesmas temessem que o desenvolvimento mobilizasse oposição política contra si. Esse medo conjugou-se à ausência de instituições que impusessem restrições efetivas ao seu comportamento (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON, 2001).

Sugere-se, então, que o sucesso de Botsuana deve-se à adoção de políticas boas, as quais, segundo Acemoglu, Johnson e Robinson (2001, p. 32, tradução nossa), “fomentaram uma rápida acumulação, investimentos e uma exploração socialmente eficiente dos recursos naturais”. Essas boas políticas são o reflexo da configuração institucional subjacente – instituições de propriedade privada –, que encorajou os investimentos e o crescimento. O arranjo institucional alcançado por Botsuana seria resultado, então, da combinação de diversos fatores: as instituições tribais pré-coloniais que encorajavam ampla participação política dos súditos e impunham restrições às elites políticas; o colonialismo de efeito limitado sobre essas instituições pré-coloniais; o fato de que, após a independência, os grupos de interesses rurais mais importantes, isto é, os chefes e os proprietários de gado, eram poderosos politicamente e tinham interesse econômico em assegurar os direitos de propriedade privada; o fato de que as receitas dos diamantes geraram renda suficiente para os principais atores políticos, elevando o custo de oportunidade e desencorajando o aprofundamento do “rent seeking”; as decisões acertadas dos líderes do período pós-independência, em particular Seretse Khama e Quett Masire.

> Botsuana conseguiu experimentar um rápido crescimento porque possuía as instituições certas e perseguiu boas políticas. Apesar de ser um país pequeno, de baixo

> valor agrícola, predominantemente tropical, sem acesso ao mar e em uma situação geopolítica precária, Botsuana experimentou um rápido desenvolvimento. Pensamos que isso mostra o que pode ser atingido com as instituições certas. No caso de Botsuana, essas instituições emergiram em parte como o resultado de uma justaposição única de condições históricas e fatores políticos, os quais obviamente não podem ser replicados. Entretanto, na medida em que ações individuais têm sido importantes (dos líderes políticos), uma modelagem institucional similar pode ser útil para outras nações africanas. (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON, 2001, p. 33, tradução nossa)

Visto isso, ao que parece, a evolução institucional de Botsuana, como já foi levantado na seção anterior, rumou em direção a um arcabouço institucional muito semelhante ao que os novos institucionalistas têm como fomentador do crescimento econômico, ou seja, um sistema descentralizado que reduza os custos de transação e que recompense "a aquisição de habilidades e conhecimentos produtivos" (NORTH, 1992, p. 17, tradução nossa). O tipo de matriz institucional existente em Botsuana e a estrutura de incentivos que ela constitui parece configurar uma sociedade na qual as maiores taxas de retornos advêm de aumento de produtividade.

Como evidenciado em Acemoglu, Johnson e Robinson (2001), a dependência em relação à trajetória escolhida ("path dependence") que acompanha a evolução institucional em Botsuana acabou por perpetuar um ciclo virtuoso de boas instituições. Em outras palavras, os agentes da mudança, representados pelos empresários políticos e econômicos tomadores de decisão das diversas organizações existentes na sociedade Tswana, perpetuaram um arcabouço institucional inclusivo seguindo os seus próprios interesses. A influência da dependência da trajetória foi, portanto, positiva.

Ademais, o quadro de instituições de propriedade privada que se instalou em Botsuana assemelha-se ao arcabouço institucional ideal, visto que tendem a apresentar custos de transação menores e uma eficiente capacidade de adaptação. De acordo com North (1992, p. 17, tradução por Elizabete Hart), "[...] os estados democráticos e as economias de mercado descentralizadas e com regimes de direitos de propriedade bem definidos e aplicados são o que mais se aproxima hoje de um arcabouço institucional eficiente, do ponto de vista da adaptabilidade."

5 POLÍTICAS E DESEMPENHO ECONÔMICO EM BOTSUANA

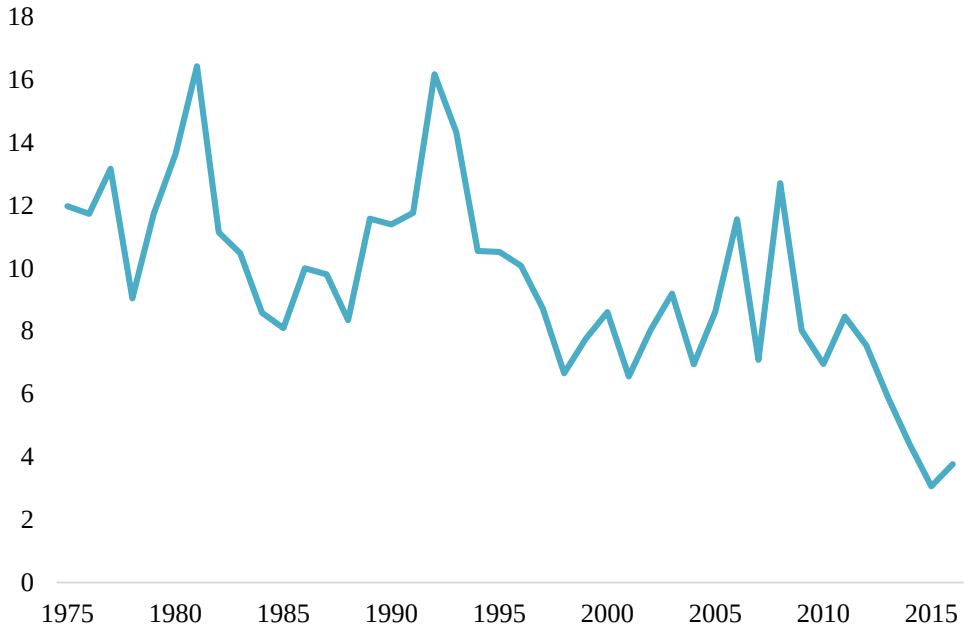
De acordo com Selolwane (2012a), após a independência, em 1966, Botsuana encontrava-se em uma situação de extrema limitação de recursos (humanos, econômicos, financeiros, tecnológicos e naturais), sendo considerado um do países mais pobres do mundo. A missão de traçar um caminho de desenvolvimento esbarrava em diversos desafios: um espaço físico hostil, castigado pela seca; um estado precário de infraestrutura física e social, herança da negligência colonial; uma população dispersa e amplamente dependente de produção de subsistência; insuficiência de recursos naturais e econômicos; e uma estrutura institucional terrivelmente subdesenvolvida para a agenda de desenvolvimento que o país estava prestes a embarcar.

As políticas seguidas em busca do desenvolvimento e da redução da pobreza só foram possíveis devido ao aparato institucional inclusivo que pôde evoluir a partir do movimento de independência. A criação de instituições boas, eficientes e não-predatórias foi o que guiou Botsuana em direção às políticas explanadas nesta seção (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON, 2001).

5.1 A política monetária

Quando de sua independência, Botsuana não tinha sua própria moeda e nem suas próprias instituições financeiras. Como membro da Rand Monetary Area, dependia da administração sul-africana, utilizando o rand como moeda oficial. Somente em 1976 que adquiriu autonomia e passou a ter uma política monetária independente sob a pula, nova moeda oficial. As autoridades monetárias de Botsuana, então, utilizaram-na em favor do crescimento e desenvolvimento econômico, controlando a inflação a limites razoáveis.

Gráfico 2 - Inflação anual (%) 1975 - 2016 (índice de preços do consumidor)



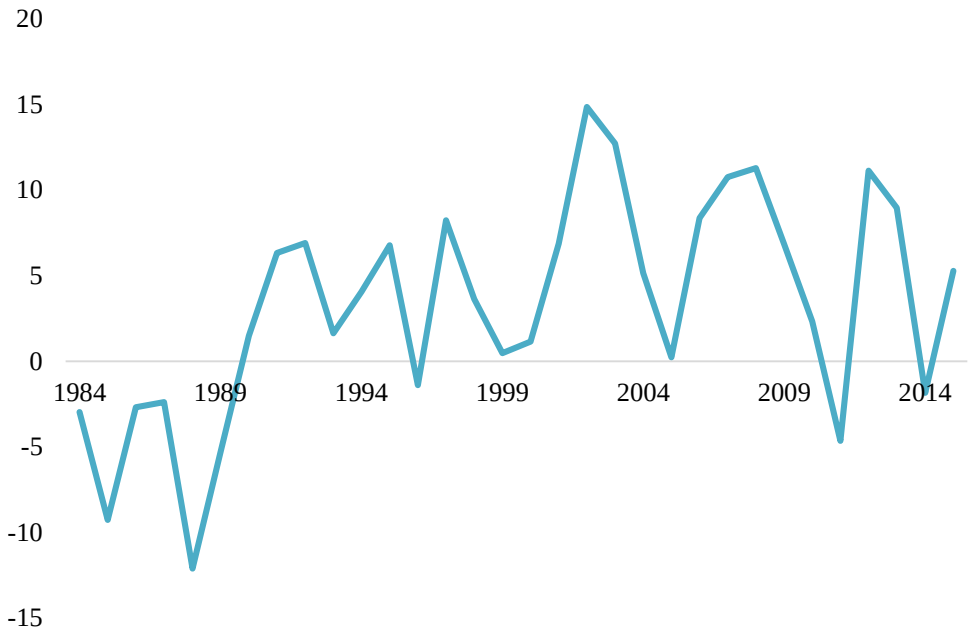
Fonte: elaboração própria com dados de Banco Mundial (2017)

De fato, como observa-se no gráfico 2, as taxas de inflação anuais mantiveram-se a níveis relativamente baixos desde 1976, nunca excedendo o nível de 20% ao ano. De acordo com Siphambe (2012), a partir de 2001, observa-se uma elevação das taxas, principalmente devido à introdução de um imposto de valor agregado e a uma série de desvalorizações da moeda nacional em busca de uma maior competitividade internacional. A elevação em 2009 diz respeito principalmente ao aumento da demanda doméstica derivada da maior quantidade de crédito dirigido ao setor privado e dos preços de energia. Entretanto, a tendência continuou sendo de queda da inflação. Inflação alta e variável causa distorções de preços relativos e incentiva os agentes a alocarem seu capital em ativos físicos ao invés de financeiros. Isso afeta negativamente a poupança de uma economia, e consequentemente o crescimento econômico a longo prazo. Além desses fatores mais que suficientes para prezar pelo seu controle, a inflação funciona como um imposto regressivo, visto que atinge principalmente os mais pobres. Assim, o controle da inflação pelas autoridades monetárias de Botsuana mostrou-se uma escolha sábia em direção a um crescimento sustentado no longo prazo e à redução da pobreza, uma vez que permitiu a manutenção da renda real das pessoas. Assim, sem a necessidade de proteger-se de uma inflação alta investindo em ativos físicos, os recursos dos Tswana foram direcionados para o financiamento de investimentos.

Segundo Siphambe (2012), antes do período de liberalização financeira de 1989, o banco central de Botsuana lançou mão de uma política de baixas taxas de juros a fim de alcançar

um rápido crescimento econômico. Como pode-se observar no gráfico 3, a partir de 1989, após o início das reformas que tomaram parte no processo de liberalização financeira, as autoridades monetárias buscaram seguir uma política de taxas reais de juros positivas, podendo esta ser considerada como um duro regime de política monetária. Hoje, o Banco de Botsuana trabalha com uma meta de inflação de longo prazo de 3 a 6% ao ano.

Gráfico 3 - Taxa real de juros (%) 1984 - 2015



Fonte: elaboração própria com dados de Banco Mundial (2017).

Atualmente, a política cambial é determinada pelo presidente da república, aconselhado pelo ministério de finanças à medida que este consulta o banco central. Segundo Motlaleng (2009), a política cambial de Botsuana tem se caracterizado pelo seu objetivo principal de manter e melhorar a competitividade internacional de seus produtos domésticos assegurando que a taxa de câmbio não se encontre sobrevalorizada. A competitividade é mantida através da manutenção de uma taxa de câmbio real estável em relação ao rand e à cesta de moedas SDR (Special Drawing Rights, composta por libra, euro, dólar e yen) desde 1980, mantida graças ao acúmulo de reservas internacionais tornado possível pela renda de exportação dos diamantes. Como destaca Siphambe (2012), as autoridades monetárias não permitiram que a moeda se valorizasse, mantendo a pula em níveis razoáveis através de uma série de desvalorizações. Para escapar desses ajustes bruscos, desde 2005, em Botsuana, impera um regime de câmbio fixo administrado conhecido por *crawling peg exchange rate regime*, onde há possibilidade de pequenas flutuações que possibilitam um ajuste contínuo – e não repentino – na taxa de câmbio. Assim, como aponta Motlaleng (2009), Botsuana beneficia-se dos pontos positivos dos dois

regimes cambiais extremos, regime de câmbio flutuante e regime de câmbio fixo, ao mesmo tempo que mitiga a volatilidade do primeiro e os problemas relacionados ao segundo. Com uma taxa de câmbio estável em relação ao rand sul-africano e à cesta SDR, Botsuana buscou importar baixas taxas de inflação; junto a políticas fiscais e monetárias conservadoras, o governo pôde consolidar uma baixa pressão inflacionária. As conclusões de Motlaleng (2009) demonstram que, com o regime cambial atual, a taxa de câmbio nominal e real apresentaram variações mínimas, denotando uma estabilidade cambial superior ao do regime anterior e portanto resultados positivos no que concerne ao regime cambial adotado.

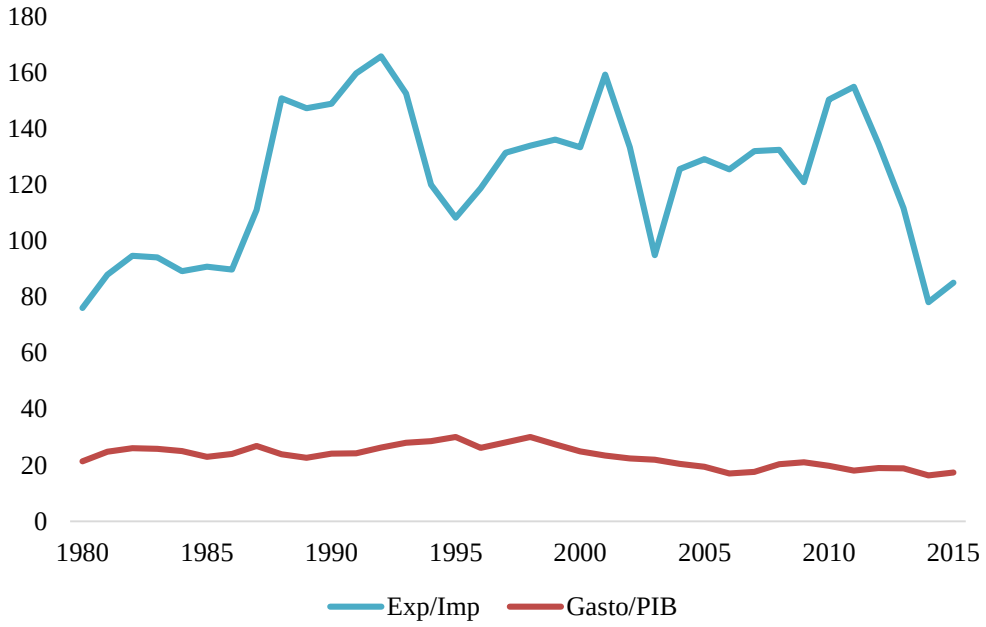
5.2 A política fiscal

A política fiscal de Botsuana tem tido como principais objetivos proporcionar um futuro de crescimento sustentável, diversificar a economia e, mais recentemente, melhorar a competitividade dos seus produtos comercializáveis no mercado internacional. As autoridades tiveram um cuidado especial para evitar uma hipertrofia do nível de gastos públicos que poderia ocorrer encorajada pela renda advinda dos diamantes. Deste modo, evitou-se um crescimento de gastos não condizente com a capacidade da economia (SIPHAMBE, 2012).

A estratégia fiscal procurou construir um isolamento em relação aos ciclos das receitas do governo. Para isso, a ideia central da política fiscal é manter constante o crescimento dos gastos reais por ano. De acordo com Beaulier e Subrick (2007), essa estratégia foi possível utilizando os Planos Nacionais de Desenvolvimento como um tipo de restrição aos gastos. Os PNDs, que alocam gastos e estabelecem as metas de desenvolvimento para um período de 5 anos, não podem ser modificados sem aprovação unânime do poder legislativo. Assim, dentro desse período de tempo, nenhum governante pode aumentar os gastos sem que todos os partidos estejam de acordo. Além disso, para evitar desperdícios de recursos, todos os projetos incluídos nos PNDs devem ser aprovados em um teste de viabilidade econômica ou de retorno social.

Com essa postura, como pode ser observado no gráfico 4, o governo evitou uma escalada insustentável dos gastos influenciada pelas rendas dos diamantes, sendo um dos fatores que ajudaram Botsuana a escapar da maldição dos recursos naturais, como será visto mais adiante.

Gráfico 4 - Gastos/PIB (%) e Exp/Imp (%) 1980 - 2015 (valores reais - 2010 US$)



Fonte: elaboração própria com dados de Banco Mundial (2017).

Em termos de alocação dos gastos públicos, o governo priorizou o desenvolvimento de infraestrutura, educação e saúde. Segundo Siphambe (2012), os gastos com o setor social na maioria dos anos pós-independência até hoje tomou cerca de 40% do orçamento, 25% para a educação na maioria dos anos.

Siphambe (2012) destaca que Botsuana possui uma taxa de poupança/PIB alta para os padrões internacionais, tendo atingido uma média de poupança na casa dos 30% do PIB desde a independência. Contudo, é preocupante que grande parte desse número seja resultado da poupança do governo originárias das receitas dos diamantes. Da independência até anos recentes, a poupança familiar tem sido menos de 10% do PIB, e a do setor privado, entre 10 e 15%. A taxa média de investimento de 30% do PIB entre 1975 e 1991, por outro lado, tem sido maior do que a da maioria dos países em desenvolvimento (cerca de 20 a 25%). Entretanto, é preocupante a tendência declinante recente, com uma taxa média de investimento de 25% do PIB entre 1991 e 2003.

5.3 Integração financeira

Considerado como uma das histórias de sucesso do continente africano, é pertinente analisar qual foi o impacto da integração financeira em Botsuana e entender o papel do mercado de capitais no crescimento do país. Para Ahmed e Mmolainyane (2014), as evidências da

literatura no que diz respeito aos benefícios para o crescimento econômico resultantes de uma integração financeira internacional são inconclusivos; entretanto, boa parte da literatura endossa que o desenvolvimento dos mercados financeiros incentiva o crescimento através de estímulo à poupança, administração de riscos e redução de custos de informação e de transação. Também é argumentado que esses benefícios são condicionados à existência de uma matriz institucional de qualidade e de mecanismos macroeconômicos. Com o objetivo de identificar se a integração financeira de Botsuana ajudou a nutrir o seu crescimento econômico no período entre 1974 e 2009, os autores construíram um estudo econométrico, lançando mão de vários indicadores financeiros e um número de medidas de desenvolvimento financeiro. Não é encontrada relação significativa entre abertura financeira e crescimento em Botsuana; contudo, uma relação positiva e significativa entre o desenvolvimento do mercado de ações e crescimento é encontrada. Portanto, verifica-se que a integração financeira promoveu o crescimento indiretamente através de estímulos ao desenvolvimento do mercado financeiro. Constata-se também que a qualidade institucional, um ambiente macroeconômico estável e gastos reduzidos do governo são fatores determinantes tanto para o desenvolvimento financeiro como para o crescimento econômico no longo prazo.

Mmolainyane e Ahmed (2015), estudando as relações entre abertura financeira, acesso financeiro, desenvolvimento e crescimento econômico, chegam a uma conclusão similar: a integração financeira teve impactos positivos indiretos no crescimento, pois estimulou a inovação financeira e consequentemente o acesso ao sistema financeiro. Conclui-se que ainda há necessidade e espaço para uma maior abertura, maior desenvolvimento e uma maior acessibilidade financeira, contribuindo assim para um crescimento sustentável e para a redução da pobreza.

5.4 A administração dos recursos naturais

Em relação à abundância dos diamantes, Iimi (2006) discute se Botsuana conseguiu escapar da maldição dos recursos naturais, a teoria de que países abundantes em recursos naturais demonstram maiores dificuldades em estabelecer crescimento e desenvolvimento econômico. Essa maldição dos recursos naturais pode se manifestar através da doença holandesa[1] – isto é, pela perda de competitividade do restante dos setores da economia em favor

[1] “Na década de 1960, nos Países Baixos, após a descoberta de grandes depósitos de gás natural no Mar do Norte, [...] o florim holandês se fortaleceu, tornando as exportações holandesas não-petrolíferas menos competitivas. Esta síndrome passou a ser conhecida como "doença holandesa". Embora a doença seja geralmente associada a uma descoberta de recursos naturais, ela pode ocorrer por qualquer evento que

do setor extrativo –, pela má gestão dos recursos motivada pela existência de instituições perversas que incentivem a corrupção ou pela indisciplina fiscal incentivada pelas receitas dos recursos. Iimi (2006) observa que, ao contrário, Botsuana parece ter escapado dessa condição, constatado o seu acelerado crescimento econômico recente.

Quanto à doença holandesa, Iimi (2006) observa que é discutível se ela ocorreu em Botsuana, visto que entre 1998 e 2002 os seus termos de troca deterioraram-se em 16%, mas por outro lado apresentaram uma melhora de 10% na primeira metade da década de 90. Para Pegg (2010), Botsuana sofre com alguns sintomas do modelo da doença holandesa, mas que não derivam das razões por este apresentado. A doença holandesa caracteriza-se por dois eventos distintos: a migração dos recursos de uma economia, capital e trabalho, para o setor extrativo em ascensão, em detrimento dos demais; o denominado efeito gasto, quando o governo, motivado pelo incremento das receitas extras originárias do setor extrativo em expansão, aumenta os seus gastos domésticos, estratégia que, devido à volatilidade dos preços das commodities e à dificuldade de muitos governos em cortar gastos, mostra-se ousada. Entretanto, em Botsuana, segundo Pegg (2010), não houve um deslocamento de recursos significativo em direção ao setor de mineração. Por ser um setor capital-intensivo, esse efeito foi minimizado. Pelo lado dos gastos, as autoridades souberam adotar dispositivos que foram muito bem sucedidos em mitigar os efeitos da doença holandesa, como o princípio de utilizar as receitas de recursos não-renováveis somente para investimentos e despesas de capital. Como explanado em subseção anterior, restringiram-se os gastos a apenas projetos previstos nos diversos Planos Nacionais de Desenvolvimento, os quais preveem as prioridades de despesa em um horizonte temporal de cerca de 5 anos. O Ministério de Finanças e do Planejamento do Desenvolvimento é encarregado de avaliar a viabilidade econômica dos projetos para evitar desperdícios de recursos.

> O governo de Botsuana portanto escolheu manter o crescimento dos gastos abaixo da taxa de crescimento das receitas. Para lidar com a volatilidade das receitas minerais, Botsuana estabeleceu o Fundo de Estabilização de Receitas em 1972 para acumular reservas durante os booms que poderiam ser usadas mais tarde para amenizar as recessões. Isso significou que os aumentos nas receitas de diamantes não levaram necessariamente a novos gastos, enquanto as reduções nas receitas de diamantes não levaram a cortes de gastos acentuados. (PEGG, 2010, p. 17, tradução nossa)

A economia de Botsuana ainda é altamente especializada, mas isso deve-se ao fracasso das tentativas de diversificá-la. Assim, a apreciação da pula, moeda do país, não parece

---

resulte em uma grande entrada de moeda estrangeira, incluindo um aumento acentuado dos preços dos recursos naturais, de ajuda externa e de investimento estrangeiro direto" (EBRAHIM-ZADEH; 2003).

contribuir para esses efeitos sintomáticos de uma doença holandesa. Na verdade, é errôneo afirmar que a pula foi consistentemente sobrevalorizada; “houve apreciações [esporádicas] de curto prazo que não explicam o fracasso de longo prazo de diversificar a economia ao longo das décadas” (PEGG, 2010, p. 17, tradução nossa). O fracasso em diversificar a economia reside em aspectos distintos, como as desvantagens de custos de Botsuana em relação à África do Sul, por exemplo, à condução da política microeconômica e à liderança salarial do setor público que atrai a mão de obra qualificada em detrimento do setor privado, incapaz de competir com os altos salários oferecidos pelo governo (PEGG, 2010).

Usando dados de diversos países, Iimi (2006) testa empiricamente a tese da maldição dos recursos naturais, chegando à conclusão de que o fator crítico determinante para o sucesso ou o fracasso de um país materializar a riqueza de seus recursos naturais em crescimento e desenvolvimento econômico é a sua estrutura de governança – como alta eficiência governamental, boa regulação e efetivas políticas anticorrupção –, responsável por administrar os conflitos pela disputa desses recursos e evitar a corrupção. Portanto, um governo detentor de um plano saudável e eficiente de longo prazo para a extração das riquezas naturais, assim como para a aplicação de suas receitas, logrará obter prosperidade impulsionada por estas. Esse seria o caso de Botsuana, que conseguiu implementar instituições saudáveis e boa governança (Governance Research Indicator Country Snapshot). Iimi (2006) demonstra em seus resultados econométricos uma relação positiva entre boa governança e crescimento. Entretanto, devido à existência de anomalias, como a existência de casos de países que, mesmo com boa governança, obtiveram resultados de baixo crescimento, Iimi (2006, p.13, tradução nossa) conclui que “não apenas a governança, mas outros elementos macroeconômicos devem afetar a relação entre riqueza em recursos naturais e crescimento econômico”.

Sarraf e Jiwangi (2001) demonstram que a maldição não é necessariamente o destino de todos os países ricos em recursos naturais, podendo ser evitada ou mitigada através de políticas econômicas corretas como as que tomaram parte em Botsuana, como estabilização do crescimento e contenção do endividamento externo.

O estabelecimento de instituições saudáveis que transmitem transparência, de uma boa política de governança e de estratégias fiscais acertadas permitiu a Botsuana materializar os seus recursos naturais em crescimento, evitando qualquer maldição que por ventura os acompanhasse. Assim, evitando-se sua má utilização ou a sua apropriação por um aparato estatal corrupto, a renda dos diamantes exerceu um papel significativo na redução da pobreza no país.

5.5 Políticas sociais

Esta seção pretende abordar como a política social evoluiu em Botsuana. Primeiramente, em um contexto de limitação de recursos, priorizou-se o crescimento econômico, estando a política social voltada para esse objetivo. O tópico divide-se em duas subseções: a primeira relata a evolução do fornecimento de serviços sociais básicos, como educação, saúde, moradia, água e saneamento e proteção social, e os seus impactos na redução da pobreza; a segunda descreve como utilizou-se a política social visando o crescimento econômico.

5.5.1 Serviços sociais básicos

Botsuana herdou da administração britânica uma estrutura de bem-estar social bastante precária. De acordo com Nthomang (2012), a administração britânica nunca demonstrou interesse em investir no fornecimento de serviços sociais básicos – como educação e saúde – para a população africana até os seus últimos anos, entre as décadas de 1950 e 1960. Assim, é pertinente analisar a administração e a evolução das políticas e serviços sociais e os seus impactos na redução da pobreza em Botsuana durante o período pós-independência.

Evidentemente, a política social esteve limitada ao contexto macroeconômico que se desenhou ao longo do tempo. Inicialmente, logo após a independência e diante de um cenário de recursos extremamente limitados, o principal objetivo do governo foi relacionar a política social com uma política de desenvolvimento econômico em direção a um rápido incremento da renda e riqueza nacionais, através do Plano de Transição para o Desenvolvimento Econômico e Social (Transitional Plan for Economic and Social Development, 1966–69). Através de sucessivos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), priorizou-se primeiramente o desenvolvimento do acesso à água por parte da população, visto sua escassez em um ambiente severo e castigado por secas prolongadas. Significativos esforços também foram dirigidos ao desenvolvimento da educação pelo seu potencial em aprimorar a capacidade de ação do Estado e em tornar-se base para a modernização e transformação social do país. Outras áreas ganharam ganhariam atenção mais tarde, uma vez superada a fase de limitação de recursos. As próximas áreas de prioridade foram saneamento – mencionada durante o PND 4 (1976-81) –, habitação – mencionada durante o PND 6 (1985-1991) –, devido ao rápido movimento de urbanização, e saúde, que somente se tornou prioridade com o advento do plano denominado Primary Health

Care Strategy, em 1985, que levou à implementação de uma política nacional de saúde em 1995 (NTHOMANG, 2012).

As autoridades políticas sempre demonstraram compromisso com o fornecimento de serviços sociais básicos, o que pode ser observado por pelo menos 25% do orçamento ser destinado aos mesmos desde 1980, o que corresponde a algo entre 5% e 10% do PIB, em média, independentemente da situação econômica. Essa preocupação com os investimentos nos serviços sociais denota um claro entendimento de que o acesso aos mesmos permite um caminho para a saída da pobreza por parte da população mais carente. O desafio da política social em Botsuana é alcançar e sustentar o acesso universal dos serviços sociais básicos (educação, saúde, moradia, água e saneamento e proteção social) para todos. Por isso, a alocação de recursos nesses serviços permaneceram consistentes durante o período (NTHOMANG, 2012).

Segundo Nthomang (2012), o acesso à educação melhorou muito desde a independência, quando apenas 50% das crianças em idade escolar frequentavam a escola. O acesso era dificultado por diversos motivos, como pelo limitado número de escolas, pelas longas distâncias entre estas e as moradias, pela escassez de professores e pelas taxas que os pais deviam desembolsar para que os filhos estudassem. Para contornar essas dificuldades, durante a primeira década após a independência (1966 – 1976), instalações de ensino foram construídas em todos os vilarejos que apresentassem uma população acima de 200 habitantes. Professores foram recrutados e treinados. Estradas foram construídas para encurtar as distâncias e facilitar o movimento de bens e serviços para as escolas. As taxas escolares do ensino primário foram reduzidas à metade em 1973. Ainda, um sistema de bolsas para o ensino secundário foi introduzido para evitar a exclusão das parcelas mais pobres da população que não pudessem pagar pelas taxas, sistema que foi expandido significativamente ao longo da década.

Em 1977, a Política Nacional de Educação foi desenvolvida. Seus objetivos explícitos eram: “a) fomentar o ensino primário; b) assegurar o acesso equitativo à educação; c) garantir maior igualdade na distribuição de recursos educacionais em todo o país e entre instituições; e d) adotar medidas positivas para ajudar os menos afortunados e promover vínculos mais estreitos entre escolas e comunidades” (NTHOMANG, 2012 p. 153, tradução nossa). O período entre a década de 1970 e a década de 1980 testemunhou, assim, um incremento bastante significativo da infraestrutura e das matrículas escolares (gráfico 5).

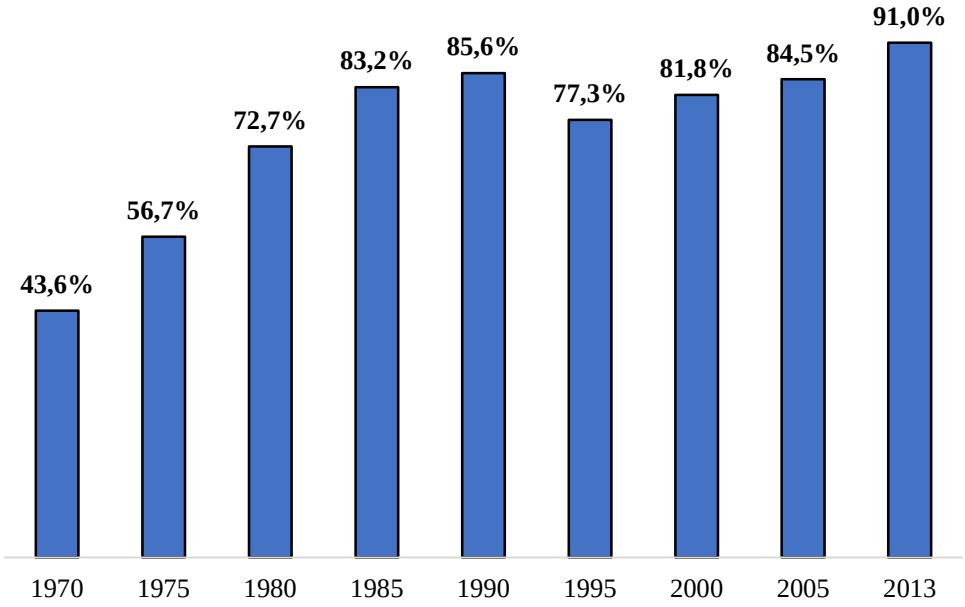
A cobrança pelo ensino primário e secundário foram abolidas em 1981 e 1989, respectivamente. Segundo Nthomang (2012), a adoção do ensino universal gratuito foi de

extrema importância para a ampliação do acesso ao ensino, que foi seguido por um aumento significativo do número de matrículas escolares. Com a construção de novas estradas e a melhoria das já existentes, o acesso à educação nas zonas rurais e longínquas foi facilitado. Ainda, o sistema de ensino foi descentralizado, dando oportunidade para a participação comunitária. De acordo com Nthomang (2012), isso melhorou mais ainda o acesso e os números de matrículas escolares. Com essas medidas, "uma grande proporção de crianças de famílias pobres tinha agora a oportunidade de entrar no ensino secundário, o que lhes permitiria entrar no mercado de trabalho e competir com outros por oportunidades de trabalho limitadas" (NTHOMANG, 2012, p. 154, tradução nossa).

Todos esses esforços são hoje percebidos nos resultados obtidos no que diz respeito ao acesso à educação. Como pode ser observado no gráfico 5, as matrículas escolares cresceram significativamente nas últimas décadas. Ademais, como mostra o gráfico 6, a taxa de alfabetização entre a população com 15 anos ou mais em 2014 em Botsuana era de 87,7%, superando irmãos subsaarianos como Lesoto e Costa do Marfim e a taxa média dos países em desenvolvimento e da África subsaariana (UNESCO, 2017). Um resultado excelente considerando que em 1991 a mesma taxa era de 68,6%.

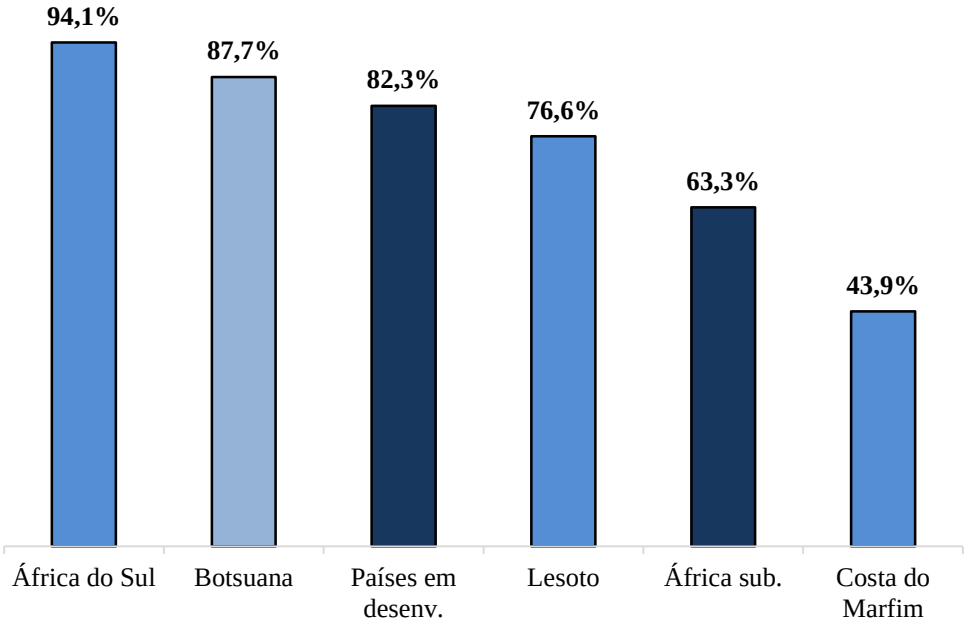
O acesso à saúde, embora não tenha sido uma prioridade inicial e apesar da carência de uma política de saúde explícita durante as primeiras décadas após a independência, melhorou bastante. Nthomang (2012) indica que, a partir das Políticas de Desenvolvimento Rural, executadas entre 1972 e 1980, e da Estratégia de Cuidados Primários de Saúde, de 1985, diversos índices começaram a apresentar significativa melhora. A política de saúde tinha como principais objetivos: "a) prestar serviços de saúde abrangentes a pessoas em todo o país através de tratamento curativo e preventivo; e b) fortalecer os serviços de saúde básicos, distribuindo-os de forma equitativa entre todas as pessoas, mas com ênfase nas áreas rurais e periurbanas" (NTHOMANG, 2012, p. 157, tradução nossa).

Gráfico 5 - Matrículas escolares, ensino primário 1970-2013 (% líquida)



Fonte: elaboração própria com dados de Banco Mundial (2017).

Gráfico 6 - Comparação de taxas de alfabetização da população acima de 15 anos, 2014



Fonte: elaboração própria com dados de UNESCO (2017) e Banco Mundial (2017).

Segundo Nthomang (2012), essas políticas traduziram-se em resultados positivos já observáveis nas décadas de 1980 e 1990. Observou-se aumento expressivo da infraestrutura de saúde de tal modo que estimou-se que cerca de 81% dos Batswana residiam no máximo a 10 quilômetros de distância do centro de saúde mais próximo. Com isso, o fornecimento de serviços de saúde tornou-se quase universal – principalmente entre os mais pobres – nesse

período. Nos anos 2000, a cobertura médica a áreas remotas foi expandida. De fato, observa-se um excepcional contraste entre a infraestrutura hospitalar atual e a de cerca de 50 anos atrás. Deste modo, pode-se dizer que a política de saúde atingiu os objetivos propostos.

Um destaque é o gasto per capita com saúde entre 1996/97 e 2005/06, que aumentou de US$60 para US$230, o que torna Botsuana um dos países que mais gastam em saúde dentre os países desenvolvidos (NTHOMANG, 2012). Boa parte desse aumento dirigiu-se ao tratamento do grande número de portadores do vírus HIV no país, que abrangia 24,3% da população entre 15 e 49 anos em 2006 (BANCO MUNDIAL, 2017). Segundo Nthomang (2012), acesso à saúde e pobreza estão ligados por uma relação mútua de causalidade: saúde debilitada traduz-se em pobreza, visto que uma população doente perde renda e empobrece; ao mesmo tempo, a pobreza tem como consequência a saúde debilitada. Portanto, o acesso à saúde é importante para a redução da pobreza. Quanto ao saneamento, o censo de 2001 demonstrou que 77,4% das moradias tinham acesso a um sistema de saneamento adequado. Apesar da evolução nos últimos anos, o número de pessoas vivendo sem saneamento básico ainda é bastante significativo, principalmente nas regiões remotas do país, onde duas de três moradias não tinham acesso a saneamento adequado.

Segundo Nthomang (2012), a provisão de serviços sociais básicos como educação, saúde, moradia, água tratada e saneamento tiveram um papel importante na redução da pobreza em Botsuana. Observou-se uma forte correlação entre crescimento econômico e o desenvolvimento de políticas sociais, o primeiro sendo condição necessária para o desenvolvimento do segundo. Isso é evidenciado pela dificuldade em formular políticas sociais nas cinco áreas supracitadas durante a primeira década após a independência, quando o país era muito pobre. Com a melhoria das condições financeiras e conseguindo superar a situação inicial de extrema limitação de recursos, o Estado conseguiu direcionar esforços para a criação de uma grande quantidade de políticas sociais que foram desenvolvidas nas áreas de educação, água, saúde, habitação e saneamento. Com intuito de disponibilizar esses serviços básicos para todos os Batswana, independentemente de etnia ou situação socioeconômica, e levando em conta a disparidade entre as áreas urbanas e rurais, foi conferida certa prioridade ao desenvolvimento dessas políticas sociais nas últimas, onde a maioria da população encontrava-se até a década de 1990 (BANCO MUNDIAL, 2017). De fato, segundo Nthomang (2012, p. 171, tradução nossa), “[...] abundam evidências de que muitas pessoas pobres se beneficiaram nas regiões rurais e remotas do país.”

Segundo Nthomang (2012), através dessas estratégias, entre 1976 e 1997 todos os indicadores e índices utilizados para mensurar a prestação de serviços sociais apresentaram significativa melhora.

> Como resultado dos desenvolvimentos acima mencionados, as matrículas escolares e o acesso à educação, bem como as taxas de alfabetização, aumentaram enormemente. Alcançou-se o acesso universal ao ensino primário e secundário na década de 1990. Observou-se uma tendência semelhante na saúde: a taxa de mortalidade infantil diminuiu, a expectativa de vida aumentou e a prevalência de HIV/AIDS foi reduzida. O acesso à água foi expandido para quase todas as aldeias e áreas urbanas. As habitações e o saneamento melhoraram consideravelmente. Durante os Planos Nacionais de Desenvolvimento 8 (1997 a 2003) e 9 (2003 a 2009), o acesso e a quantidade de serviços aumentaram em quase todas as cinco áreas de provisão social e seu impacto no bem-estar das pessoas foi claramente perceptível. [...] A população pobre agora tem maior acesso aos serviços de educação, saúde, habitação, água e saneamento. Isso se reflete em uma melhoria geral em sua qualidade de vida, sugerindo um impacto positivo dos serviços sociais básicos na redução da pobreza. (NTHOMANG, 2012, p. 171, tradução nossa)

De acordo com Selolwane (2012b), além do fornecimento de serviços sociais básicos**,** diversos programas de proteção social fizeram-se bastante presentes para mitigar a pobreza em variados grupos considerados vulneráveis. Essas políticas podem ser agrupadas em quatro categorias que resumem a evolução de suas essências: medidas de ajuda alimentar contra a fome e desnutrição, pensões por idade e para veteranos de guerra, suporte a crianças vulneráveis e complemento de renda através de programas baseados em trabalho.

Três foram os principais desafios que dificultaram a política social de concretizar plenamente suas intenções, como destaca Selolwane (2012b, p. 134, tradução nossa):

> Primeiro, o estado depende de forma esmagadora de rendas minerais, que podem não ser sustentáveis a longo prazo e, portanto, não podem substituir o crescimento da produtividade ou a diversidade econômica em termos de criação de emprego no longo prazo. Em segundo lugar, o sistema de proteção social em Botsuana funciona de forma dualista com, por um lado, um setor formal legalmente regulado e dotado de recursos e, por outro lado, com um setor informal com capacidade limitada para cobrir contingências que ameaçam a segurança dos meios de subsistência. Em terceiro lugar, a magnitude da necessidade, refletida pelo tamanho da população que possui pouca ou nenhuma cobertura, sugere que este é um problema que não pode ser facilmente melhorado de forma sustentável através de redes de segurança social fornecidas pelo Estado sem criação significativa de empregos.

Conclui-se que os serviços sociais básicos e a proteção social fornecidos pelo governo foram cruciais para a redução da pobreza em Botsuana. Serviços como educação e saúde aumentam a produtividade reduzindo a vulnerabilidade econômica e social das famílias, criando assim uma mão de obra saudável e produtiva para o crescimento do país, fundamental para a redução da pobreza (SELOLWANE, 2012b).

5.5.2 Política social e desenvolvimento

Na década de 1970, com a descoberta dos diamantes, os programas sociais expandiram-se, assim como os esforços em direção a um maior acesso por parte da população à crescente renda nacional e aos serviços sociais. Contudo, os setores econômicos em expansão não se mostraram capazes de gerar níveis de emprego suficientemente altos para suprir a demanda de uma força de trabalho cada vez mais instruída e qualificada; daí os esforços do governo em transformar o setor do qual a maior parte da população adquiria a sua renda – o setor rural. O foco da política social voltou-se, portanto, para a transformação da base de conhecimento e da capacidade dos recursos dos pequenos agricultores. Buscou-se, então, reduzir a sua vulnerabilidade e melhorar sua produtividade para que atingissem um maior grau de segurança e estabilidade financeira. Posteriormente, o escopo da política social ampliou-se para outros grupos considerados vulneráveis. Devido à prolongada seca observada nos três primeiros anos pós-independência, à escassez de recursos e à grande parcela da população carente de um dos países mais pobres do mundo, o governo de Botsuana procurou de início priorizar o rápido crescimento econômico e vincular a política social a este objetivo. Como resultado da severa seca, era previsto um movimento migratório do rural em direção ao urbano no longo prazo, o que tornou necessários os esforços em direção a um rápido crescimento econômico e criação de postos de trabalho por parte das autoridades políticas. Todos os planos nacionais de desenvolvimento enfatizaram a educação e o treinamento de mão de obra como pontos chaves para o desenvolvimento. Assim, as principais áreas de intervenção em que a política social foi utilizada para atingir o objetivo de desenvolvimento foram: i) desenvolvimento dos recursos humanos, ii) subsídio de insumos para pequenos produtores, iii) privatização do sistema de pensões do funcionalismo público (SELOLWANE, 2012b).

A primeira área de intervenção, isto é, a educação, os serviços de extensão e o desenvolvimento dos recursos humanos, teve como objetivo desenvolver o sistema educacional o mais rápido possível a fim de criar um estoque de mão de obra qualificada para servir à economia do país. Também procurou-se, por meio da educação, encorajar a própria população rural a melhorar a sua qualidade de vida através do engajamento comunitário no desenvolvimento de infraestruturas físicas e sociais. O governo criou serviços de extensão capazes de lidar com as instituições e organizações não-governamentais locais recém criadas pelos produtores rurais para que esses projetos comunitários beneficiassem a comunidade (como construção de estradas rurais, pequenas barragens, projetos de educação sanitária e nutricional, melhores métodos de cultivo, etc.).

A partir do incremento das receitas advindas da mineração, o governo ampliou o papel de desenvolvimento da política social. Como citado anteriormente, para expandir o papel da educação e do treinamento, o governo introduziu a gratuidade da escola primária e secundária em 1980 e 1989, respectivamente, movimento que pode ser notado no significativo aumento das matrículas e número de escolas e na ampliação do acesso à educação nas zonas rurais. O impacto foi muito maior em setores como o de construção, de serviços, de comércio e de manufatura, em detrimento do setor agrícola, onde os postos de trabalho formais apresentaram queda entre 1980 e 1995. De fato, entre 1980 e 2010, o principal responsável pela criação de postos de trabalho formais, com uma fatia média de algo entre 30% e 40% do total dos postos, foi o governo, muito devido ao currículo escolar priorizar habilidades requeridas por este.

A segunda área de intervenção, subsídio de insumos para pequenos produtores, segundo Selolwane (2012b), teve início por volta da década de 1970 devido à constatação da incapacidade dos setores formais de gerarem postos de trabalho suficientes para possibilitarem o incremento da renda da maioria da população – o recente crescimento econômico criara empregos formais para apenas um quinto da força de trabalho disponível em 1981 e não mais do que 25% em 2000. Com isso, as autoridades políticas visualizaram no setor agrícola de pequenos produtores um potencial de geração de emprego e renda. Estimulou-se, assim, através de ajudas de insumos, educação e ensinamento de técnicas para o aumento da produtividade, os pequenos agricultores.

De acordo com Selolwane (2012b), as políticas de desenvolvimento rural e criação de empregos estavam voltados para: a) a criação de oportunidades de incremento de renda para desempregados ou parcialmente empregados via estratégias públicas deliberadamente intensivas em trabalho, b) o aumento da produtividade daqueles já inseridos em atividades produtivas através do encorajamento do uso de tecnologias mais produtivas, c) o aprimoramento de habilidades via programas de treinamento, d) o desenvolvimento de talentos e iniciativas empreendedoras através de serviços de extensão, treinamento subsidiado, alívios fiscais e outros incentivos. Contudo, no final da década de 1980, o setor rural não conseguiu expandir o seu produto a taxas condizentes com os significantes investimentos públicos, os quais tiveram maior impacto na expansão dos serviços públicos do que propriamente em gerar postos de trabalho ou aumento de produtividade que implicassem incremento de renda e segurança alimentar dos pequenos produtores. Isso deveu-se principalmente a problemas de implementação e à dificuldade dos programas em atingir o seu público alvo, além dos efeitos das prolongadas secas que se observaram nas décadas de 1980 e 1990. Em suma, o setor

agrícola foi caracterizado por uma participação declinante na renda nacional e altas taxas de pobreza persistentes entre aqueles que dependem da agricultura para sobrevivência.

A terceira esfera de intervenção foi no sistema de pensões do funcionalismo público, que foi privatizado. Deveu-se principalmente à preocupação de que a área de atuação do governo se expandisse em tal magnitude que prejudicasse a provisão dos demais serviços públicos e políticas sociais. Assim, nas décadas de 1990 e 2000, buscou-se um tamanho adequado para o setor público.

> A privatização das pensões dos funcionários públicos teve um impacto dramático no desenvolvimento da indústria de pensões e seguros, que floresceu. [...] Hoje, o setor de pensões é estimado como o terceiro mais rico depois do governo e do banco central, o Banco de Botsuana. No entanto, até agora, sua estrutura de investimento sugere que, como outras indústrias do setor formal de antes dela, não terá impacto significativo nos níveis de pobreza e na renda dos mais pobres, seja expandindo a base de emprego ou aumentando os rendimentos dos pobres. (SELOLWANE, 2012b, p. 115, tradução nossa)

Essas estratégias de política social vieram, então, a tentar impulsionar o crescimento econômico para abrir um caminho em direção à redução da pobreza em Botsuana. A mais bem sucedida sob a ótica do crescimento econômico, no entanto, foram os investimentos na educação, que expandiram o papel da educação e do treinamento, gerando uma mão de obra qualificada para servir à economia do país.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os esforços de pesquisa da presente monografia buscaram respostas para o desempenho econômico e o consequente sucesso na redução da pobreza em Botsuana sob uma abordagem institucionalista. Através de vasta pesquisa bibliográfica, que analisou o processo histórico e a evolução institucional do país, sugeriu-se a compatibilidade da matriz institucional de Botsuana com um aparato institucional eficiente aos moldes da Nova Economia Institucional, o qual eleva os benefícios de soluções cooperativas, reduz os custos de transação em uma economia e configura uma sociedade na qual as maiores taxas de retornos advêm do engajamento em atividades produtivas.

As boas instituições construídas pelas variadas organizações existentes na sociedade de Botsuana derivaram de um passado institucional peculiar em relação à maioria dos países da África subsaariana. Desde o período pré-colonial, os Tswana já apresentavam uma diferenciação institucional muito forte, com mecanismos que conferiam à sua sociedade tribal pluralismo, centralização e incentivos à participação política e delimitação dos poderes dos chefes. Essas características, principalmente a centralização política, parecem ter auxiliado o povo Tswana a proteger a sua estrutura institucional de qualquer dano que eventuais colonizadores pudessem vir a causar. Assim, o país pôde partir de uma posição relativamente mais cômoda após a sua independência para trilhar um caminho de sucesso econômico. Logo, essa peculiaridade institucional observada desde o período pré-colonial parece ter culminado no desenvolvimento de instituições políticas e econômicas inclusivas de propriedade privada, tornando o país uma referência em crescimento e redução da pobreza em meio à África subsaariana através do desenvolvimento de uma economia de mercado inclusiva e de um Estado relativamente não-corrupto que não predou os recursos naturais do país.

A construção desse quadro institucional de propriedade privada condicionou-se à inter-relação de um conjunto de fatores que não se deu em outros países subsaarianos, como Somália, Lesotho, Ghana e Costa de Marfim, por exemplo. Em Botsuana, os interesses econômicos da elite governante coincidiram com a manutenção de um sistema jurídico que assegurasse o direito à propriedade privada; o medo da elite governante de ser substituída por outros interesses, isto é, de acabar como perdedora política, não se fez presente, visto a legitimidade do regime e a sua solidez institucional; as restrições institucionais que a sociedade Tswana impõe sobre a sua elite governante desde o período pré-colonial restringiu o espaço de ações e políticas econômicas nocivas à sociedade. A justaposição desses três fatores, ou inclusive o modo como eles interagiram, pode explicar por que instituições de propriedade privada

afloraram em Botsuana e não em outros países subsaarianos. Os agentes da mudança, representados pelos empresários políticos e econômicos tomadores de decisão das diversas organizações existentes na sociedade Tswana, perpetuaram, seguindo os seus próprios interesses, um ciclo virtuoso de boas instituições e um arcabouço institucional inclusivo. A influência da dependência da trajetória escolhida, conceito levantado pela Nova Economia Institucional, parece ter sido, portanto, positiva.

O presente estudo sugere que boas instituições, que se traduziram em garantia da propriedade privada, no favorecimento da competição e da cooperação no mercado, na promoção de um conjunto de oportunidades que estabeleceu uma estrutura de incentivos em favor da promoção de atividades produtivas, em custos de transação baixos ao engajar-se em uma atividade econômica, em transparência e em uma boa política de governança no que diz respeito à administração dos diamantes, permitiram ao governo de Botsuana executar boas políticas sociais e econômicas, as quais foram determinantes para a redução da pobreza e para o crescimento. Assim, foi possível uma política monetária que logrou controlar a inflação, uma política fiscal que evitou uma escalada descontrolada dos gastos incentivada pela renda dos diamantes, o fornecimento de serviços sociais básicos para a população e de proteção social aos mais vulneráveis. Botsuana teria conseguido, assim, materializar os seus recursos naturais em crescimento, evitando qualquer maldição que por ventura os acompanhasse. A experiência de Botsuana consolida-se, portanto, como um exemplo a se ter em conta para a análise de alternativas que busquem reduzir a pobreza na África subsaariana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, D. Why Not a Political Coase Theorem ? **Journal of Comparative Economics**, v. 31, n. 4, p. 620–652, 2003.

_____., D. **Political Economy Lecture Notes**. Disponível em: <https://economics.mit.edu/files/8753>. Acesso em: 07 out. 2017.

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S. H.; ROBINSON, J. A. An african success story: Botswana. **SSRN Electronic Journal**, p. 1–53, 2001.

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. **Por Que as Nações Fracassam:** As origens do poder, da prosperidade e da pobreza. São Paulo: Elsevier, 2012.

AHMED, A. D.; MMOLAINYANE, K. K. Financial integration, capital market development and economic performance: Empirical evidence from Botswana. **Economic Modelling**, v. 42, p. 1–14, 2014.

BEAULIER, S. A.; SUBRICK, J. R. The political foundations of development: the case of Botswana. **Constitutional Political Economy**, v. 17, p. 103–115, 2006.

_____., S. A.; SUBRICK, J. R. Limited Government and Economic Growth in Botswana. **Journal of Private Enterprise**, v. 23, n. 1, p. 52–66, 2007.

EBRAHIM-ZADEH, C. Dutch Disease: too much wealth managed unwisely. **Finance and Development**, v. 40, 2003. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2003/03/ebra.htm>. Acesso em: 20 dez. 2017.

HARRISS, J.; HUNTER, J.; LEWIS, C. M. **The new institutional economics and Third World development**. v. 21, 2003.

IIMI, A. Did Botswana Escape From the Resource Curse? **IMF Working Papers**, v. 6, n. 138, p. 1, 2006.

LEWIN, M. Botswana’s Success: Good Governance, Good Policies, and Good Luck. **Yes, Africa can**, p. 81–90, 2011.

MMOLAINYANE, K. K.; AHMED, A. D. The impact of financial integration in Botswana. **Journal of Policy Modeling**, v. 37, n. 5, p. 852–874, 2015.

MOTLALENG, G. R. Botswana's Crawling-Peg Exchange Rate System: Trends and Variations in the Pula Exchange Rate. **Botswana Notes and Records**, v. 41, p. 104-111, 2009.

NORTH, D. C. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97–112, 1991.

_____., D. C. Transaction Costs, Institutions, and Economic Performance. **Occasional Papers, International Center for Economic Growth**, v. 30, 1992.

NTHOMANG, K. Basic Social Services and Poverty Reduction in Botswana. **Poverty Reduction and Changing Policy Regimes in Botswana**, p. 139-174, 2012.

PEGG, S. Is there a Dutch disease in Botswana? **Resources Policy**, v. 35, n. 1, p. 14–19, 2010.

SARRAF, M.; JIWANJI, M. Beating the resource curse: The case of Botswana. **Environmental Economics Series**, n. Outubro, 2001.

SELOLWANE, O. From National to People's Poverty in Changing Policy Regimes. **Poverty Reduction and Changing Policy Regimes in Botswana**, p. 1-21, 2012a.

_____., O. Welfare, Social Protection and Poverty Reduction. **Poverty Reduction and Changing Policy Regimes in Botswana**, p. 102-138, 2012b.

SIPHAMBE, H. K. Development Strategies and Poverty Reduction in Botswana. **Poverty Reduction and Changing Policy Regimes in Botswana**, p. 22-57, 2012.

THE HERITAGE FOUNDATION. **Index of Economic Freedom 2017**. Internacional, 2017. Disponível em: <http://www.heritage.org/index/download>. Acesso em: 10 nov. 2017.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Corruption Perception Index 2016**. Internacional, 2017. Disponível em: <https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016#table >. Acesso em: 10 nov. 2017.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Unesco Institute for Statistics**. Internacional, 2017. Disponível em: <data.uis.unesco.org>. Acesso em: 10 nov. 2017.

WORLD BANK GROUP. **Botswana**. Internacional, 2017. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/botswana?view=chart>. Acesso em: 20 jul. 2017.